

A PAIXÃO

“Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste...?” (Mt 27,46)

**“Foi esse grito de abandono ecoado por Jesus na cruz que me levou pessoalmente a Cristo.”
(Jürgen Moltmann - confira entrevista exclusiva)**

Editorial

Iniciamos a semana em que a Unisinos celebrará intensamente a Paixão de Jesus Cristo, preparando-se, assim, para a solenidade pascal. A apresentação do **IHU Idéias**, da próxima quinta-feira, as duas audições comentadas da Paixão de N.S. Jesus Cristo de J. S. Bach e as duas apresentações da Orquestra e Coral da Unisinos, juntamente com o Coral Ars Vocalis, quer contribuir para uma condigna celebração da memória da vida, morte e ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo. O **IHU On-Line** desta semana, juntando-se à celebração dessa memória, se sente orgulhoso em poder publicar a entrevista de Jürgen Moltmann concedida a nós. J. Moltmann é um

dos maiores teólogos vivos, atualmente e um dos mais importantes do século XX. Igualmente publicamos uma entrevista da prof.^a Dr.^a Yara Borges Caznok, professora de Harmonia e Análise no Instituto de Arte da UNESP, que estará conosco nesta semana, ajudando-nos a entender e a fruir uma das maiores obras artísticas e místicas da humanidade.

Esta também é a semana em que celebramos a memória dos 40 anos do fatídico golpe militar de 1964. O Instituto Humanitas Unisinos tratará do tema em dois eventos, durante o mês de abril, do **IHU Idéias**. O **Humanitas Arte** exporá a obra do artista plástico Leandro Selister, de 5 a 26 de abril de 2004, intitulada “Consciência”. Os dois próximos números do **IHU On-Line** também serão dedicados aos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais do golpe militar de 1964. Além disso, o IHU é parceiro de um evento maior que acontecerá em outubro deste ano sobre os 40 anos do golpe militar.

Se para alguns “há um cheiro de Jango no ar”, conforme entrevista de Zuenir Ventura, publicada neste boletim, tanto mais importante é se debruçar e debater este golpe

militar que marcou a vida do Brasil e de toda a América Latina, nestes últimos quarenta anos.

Um dos motivos do golpe de 1964 foi a luta das Ligas Camponesas pela Reforma Agrária. Na semana dos 40 anos do golpe militar, iniciamos o evento **Inclusive** que, durante este semestre, apresentará os movimentos sociais atuantes no Rio Grande do Sul. Na tarde desta segunda-feira, iniciamos com a apresentação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Para entender estes nossos tempos e o nosso país, iniciamos também nesta semana o **II Ciclo de Estudos sobre o Brasil** e o **Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault**.

Esperamos, assim, contribuir para que a nossa Universidade seja um lugar onde se possa discutir, debater, analisar os grandes problemas do nosso país e, na medida do possível, não temer em propor saídas para os grandes problemas brasileiros. Para que nunca mais sejam necessários golpes, ditaduras, torturas, “milagres econômicos”, que só exacerbam a Paixão do povo brasileiro.

Uma excelente leitura e uma ótima semana para todos.

A PAIXÃO DE CRISTO: POR UMA SOCIEDADE SEM VÍTIMAS

Entrevista com Jürgen Moltmann

O teólogo alemão Jürgen Moltmann, nascido em 1926, é professor emérito de Teologia da Faculdade Evangélica da Universidade de Tübingen e é um dos mais importantes teólogos vivos da atualidade. Foi um dos inspiradores da Teologia Política nos anos 1960 e influenciou a Teologia da Libertação. É autor dos importantes livros **Teologia da Esperança**, São Paulo: Herder, 1971; e **O Deus Crucificado. A cruz de Cristo, fundamento e crítica da teologia cristã**. Esses livros, particularmente o último, são textos fundamentais para a compreensão da Teologia da Libertação. Ele é autor, entre muitos outros livros, de **Deus na Criação. Doutrina Ecológica da Criação**. Vozes: Petrópolis, 1993; **O Caminho de Jesus Cristo. Cristologia em Dimensões Messiânicas**. Petrópolis: Vozes, 1994, 2.^a edição; **Quem é Jesus Cristo para nós hoje?** Petrópolis: Vozes, 1997; **O Espírito da Vida. Por uma pneumatologia integral**. Petrópolis: Vozes, 1998; **Scienza e Sapienza. Scienza e Teologia in dialogo**. Queriniana: Brescia 2003; **A Vinda de Deus: Escatologia Cristã**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. 374p. (Coleção Theologia Publica 3). Este último livro foi apresentado no evento **Abrindo o Livro** no dia 26 de agosto de 2003 pelo Prof. Dr. Pe. Frei Luiz Carlos Susin. A Editora Unisinos publicará no próximo mês de julho, na Coleção Theologia Publica, o livro de Moltmann **Erfahrungen theologischen Denkens. Wege und Formen christlicher Theologie**. München: Chr. Kaiser, 1999. O título em português será **Experiências de reflexão teológicas – caminhos e formas da teologia cristã**.

De Moltmann **IHU On-Line** publicou uma entrevista na 76.^a edição, de 22 de setembro de 2003, e o artigo **Deus no projeto do mundo moderno**, em três partes. A primeira parte foi publicada na edição número 54, de 7 de abril de 2003, com o título “A gênese do mundo moderno a partir do espírito da esperança messiânica”. A segunda foi reproduzida na edição número 55, de 14 de abril de 2003, com o título “Modernidade x Submodernidade: os tempos finais do mundo moderno? A terceira parte, levando o mesmo nome do texto integral, foi publicada na 56.^a edição, de 22 de abril de 2003.

O teólogo concedeu, da Alemanha, uma entrevista a **IHU On-Line** que reproduzimos a seguir. A tradução foi feita por Leila Finger, do Instituto de Formação de Professores de Língua Alemã (IFPLA) da Unisinos e atentamente revisada pelo prof. Dr. Hans Benno Asseburg, a quem agradecemos imensamente.

IHU On-Line - Por que Cristo foi abandonado na cruz?

Jürgen Moltmann - Os discípulos fugiram todos e o abandonaram (Marcos 14, 50). Como disseram depois em Emaús (Lc 24, 21), eles haviam esperado pelo Messias sendo o Leão de Judá (o Libertador de Israel) e não o Servo de Deus sofredor. Porém, as mulheres, suas discípulas que o haviam seguido desde a Galiléia, não o abandonaram, mas “olharam”¹ Sua morte na Cruz à distância (Mc 15, 40). O verdadeiro martírio de Sua morte foi, segundo Marcos, o abandono de Deus (Mc 15, 34). Foi na escuridão de Deus que Ele teve de agonizar. Após sua prece por clemência de Deus, a quem ele chamou *Abba Pai querido*, não ter sido atendida, ficou-lhe clara a vontade divina de entrega a esse abandono de Deus: “Contudo, não seja o que eu quero, mas o que tu queres”. E Ele foi ciente a esse inferno, e morreu essa morte absoluta, a morte de Deus.

“Senti-me também abandonado no cativeiro da guerra”

Foi esse grito de abandono ecoado por Jesus na cruz que me levou pessoalmente a Cristo. Aos dezoito anos de idade, encontrava-me num escuro e sujo cativeiro de prisão de guerra, havia perdido todas as esperanças e me sentia abandonado por Deus e por todos os demais bons espíritos. Nessa situação li, pela primeira vez conscientemente, o Evangelho de Marcos. Quando cheguei a essa passagem do texto, senti, ao meu lado, a presença do Cristo abandonado. Ele viera para procurar o que havia sido perdido e encontrou a mim, o perdido. Essa solidariedade de Cristo naquele momento me ergueu espiritualmente. Tive a sensação de que ele estava me levando junto, pelo seu caminho, à liberdade de sua ressurreição. Quem nos dá o significado teológico do divino abandono de Cristo é o apóstolo Paulo. O vocábulo grego para *abandono* tem também o significado de *entrega*². Na entrega de Cristo, Deus dá-nos a si próprio e nos presenteia com seu inabalável amor: “Se Deus está a nosso favor, quem estará contra nós? Ele não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por nós. Como não nos dará também todas as coisas junto com seu Filho? ... Estou convencido de que nem a morte nem a vida, ... nem as forças das alturas ou das profundidades, nem qualquer outra criatura, nada nos poderá separar do amor de Deus, manifestado em Jesus Cristo, nosso Senhor” (Rm 8, 31-32, 39). Não só o Pai deu seu Filho por nós, como também Cristo, o Filho de Deus, se entregou a nós, como o diz Paulo aos Gálatas (2,20) Dessa forma, reconhecemos no abandono de Jesus um único e grande movimento de entrega do Pai e do Filho na unidade de sua intenção.

Deus: amizade salvadora

O Evangelho de João enxerga nisso a prova da profunda e pansalvadora³ amizade de Deus: “Ninguém tem amor maior do quem⁴ dá sua vida por seus amigos” (15, 13). Ao longo de seu caminho ao abandono na cruz, Cristo levou a presença de Deus aos abismos do inferno. Por isso o salmista canta: “Até no inferno, te encontro” (Salmo 139, 8). Lutero e Calvino não entenderam o inferno como um lugar no reino dos mortos, mas sim como uma experiência: Jesus sofreu o inferno do abandono de Deus de Getsêmani a Gólgata e o superou por nós.

¹ Uma outra tradução possível desse verbo grego é “contemplaram”. Ou seja, as mulheres que contemplam Jesus na cruz, na sexta-feira, são as mesmas, segundo Marcos, que acorrem ao túmulo na madrugada do domingo de Páscoa. (Nota do IHU).

² O termo grego é *paradidonai* (Nota do IHU)

³ Tomamos a liberdade de traduzir dessa maneira a expressão de Moltmann: “*der tiefen und alles erlösenden Gottesfreundschaft*” (Nota do IHU)

⁴ Na Edição Pastoral da Bíblia Sagrada, editada pela Editora Paulus a tradução é : “Não existe amor maior do que dar a vida pelos amigos” - (Nota do IHU).

Esta teologia da crucificação salvou a vida de muitas pessoas jogadas na solidão dos porões de tortura ou que padeciam “a escura noite da alma”.

Em São Salvador, no dia 16 de novembro de 1989, seis padres jesuítas foram, juntamente com as governantas e suas filhas, brutalmente assassinados. Quando os assassinos arrastavam o cadáver de Ramón Moreno⁵ até a sala de Jon Sobrino⁶ - que, apenas casualmente, não estava lá - um livro caiu de sua estante. Foi achado em seu sangue. Era meu livro *O Deus Crucificado*. Ainda hoje está lá no memorial, guardado sob um vidro protetor, como símbolo do que lá realmente aconteceu.

IHU On-Line - Ainda precisamos de bodes expiatórios?

Jürgen Moltmann - Assim como o sacrifício de Isaque pretendido pelo pai Abraão e impedido por Deus significa, segundo a tradição bíblica, o fim do sacrifício humano, também a entrega de Jesus na cruz significou o fim de todos os sacrifícios de expiação, bem como de todos os bodes expiatórios e, não por último, também o fim da pena de morte. A expiação não é uma possibilidade humana. Nenhum, assim chamado, bode expiatório carrega nossos pecados para fora do mundo. Somente Deus pode expiar e apenas Jesus pode carregar os pecados do mundo. Deus perdoou os pecados e Cristo carrega os pecados do mundo. Quem isso reconhece e crê, canta a canção da liberdade e protesta contra todo assassinio expiatório e sacrifício. A quem mais deveria ser bem sucedida a construção de uma sociedade sem vítimas se não for ao cristianismo e a todos os bem-intencionados a trabalhar por isso, enterrando todo e qualquer sentimento de vingança? “Quem vai poder condenar, quando é Cristo que está aqui e intercede por nós!”⁷ (Rom 8, 34). Não existem “países cafajestes”⁸ contra os quais devêssemos liderar cruzadas; não existem “o grande satanás chamado Estados Unidos da América e o pequeno satanás Israel”, ou mesmo “os ateus” que devêssemos matar em nome de Deus. Quem se torna inimigo de seu inimigo já é perdedor e nada compreendeu da mensagem de Cristo.

IHU On-Line - Onde e para quem a teologia é necessária?

Jürgen Moltmann - Também a teologia cristã tem seu “lugar vivencial” (locus theologicus): na vida de uma pessoa, na vida da Igreja, na vida da sociedade, em todo o globo terrestre. Iniciarei novamente pelo lado pessoal: quando, naquele cativo de guerra, cheguei à fé cristã, quis

⁵ Foi um dos seis jesuítas assassinados em El Salvador em novembro de 1989, em frente à sede da Universidade Centro-americana. Os jesuítas assassinados foram o então reitor da Universidade Centro-americana, o espanhol Pe. Ignacio Ellacuría, e os sacerdotes da mesma nacionalidade, Ignacio Martín-Baró, Amando López, Juan Ramón Moreno e Segundo Montes, assim como o salvadorenho Joaquín López y López. Além deles, foram também mortas a cozinheira da casa onde moravam, Elba Julia Ramos, e sua filha Celina, de 16 anos. (Nota do IHU)

⁶ Jon Sobrino é teólogo jesuíta, autor de, entre outros, *A ressurreição da verdadeira Igreja* (São Paulo: Loyola, 1982), *O princípio misericórdia* (Petrópolis: Vozes, 1994), *Jesus: o libertador* (Petrópolis: Vozes, 1996), *La fe en Jesucristo. Ensayo desde las víctimas* (1999), e *Terremoto, terrorismo, barbarie y utopía* (2002). Trabalha na Universidade CentroAmericana de El Salvador. (Nota do IHU)

⁷ Moltmann abrevia a citação de Paulo, afirmando: “Wer will verdammen, Christus ist hier!”. Mas seguindo a versão da Züricher Bibel, uma das melhores traduções ao alemão, o texto diz, parafraseando um pouco: Quem vai poder condenar, quando só a Deus cabe justificar e quando Jesus Cristo que por nós morreu e, mais ainda, foi ressuscitado está à direita de Deus e intercede por nós? A edição pastoral da Bíblia Sagrada, acima citada traduz assim: “Quem condenará? Jesus Cristo? Ele que morreu, ou melhor, que ressuscitou, que está à direita de Deus e intercede por nós?”. (Nota do IHU)

⁸ Ou “estados canalhas” (Uma alusão à linguagem maniqueísta e imperialista de Bush). (Nota do IHU)

descobrir se essa certeza era verdade ou não. Assim, fui estudar teologia na busca da verdade e não no interesse por uma profissão ligada à Igreja. Procurava por uma certeza na vida, uma vez que havia perdido a minha. À medida que procurava por uma certeza existencial de vida a, perdia o interesse pela matemática e a física. Buscava consolo na vida e na morte e, dessa forma, a minha própria existência se tornou, para mim o primeiro lugar vivencial da teologia. Eu quis crer para entender; como disse Anselmo. Eu quis conceber o que acreditava. Assim, a teologia passou a tornar-se base elementar de toda minha vida: tornou-se minha existência teológica.

A teologia acadêmica e a teologia do povo

Concluída a formação acadêmica, trabalhei durante cinco anos como pastor em uma pequena comunidade. Lá, precisei traduzir minha teologia acadêmica, aprendida na universidade, para a *teologia do povo* e me tornar discípulo da teologia do povo. Aprendi que cada cristão, seja ele homem ou mulher, criança ou idoso, é um teólogo, na medida em que crê cientemente e reflete sobre sua fé a ponto de poder afirmar: “Eu sei em que creio...” . Se a teologia acadêmica não for constantemente ao encontro do povo, acabará por tornar-se abstrata e inútil. Isso é uma verdade. Mas também o povo de Deus tem sua responsabilidade pela teologia acadêmica e não deve desprezá-la. A teologia é uma função da Igreja, uma ciência eclesial? Foi dessa forma que a apreendemos, na Alemanha, com Karl Barth e sua “Dogmática da Igreja”⁹. Isso foi a libertação da teologia das Ciências da Religião, mas esta mesma libertação corre hoje o risco de um recuo do espaço público da sociedade para atrás dos muros da Igreja. Se a teologia for compreendida apenas como uma “ciência eclesial”, ela deveria abandonar as universidades públicas e se limitar aos seminários diocesanos e às escolas eclesiais. Isso, no entanto, não seria bom. A teologia talvez consiga, se assim proceder, preservar sua identidade cristã, mas com certeza perderá sua relevância para a cultura política e social da sociedade. Na Igreja, há mais em jogo do que sua própria identidade. Está em jogo o Reino de Deus e de sua justiça. Assim também a teologia cristã deve preocupar-se com mais que apenas a proximidade eclesial junto ao povo. Ela deve preocupar-se com a publicidade do Reino de Deus. Justamente como teologia eclesial, a teologia cristã precisa se desdobrar em direção a uma *theologia pública*, e, conseqüentemente, participar dos sofrimentos, das alegrias, das opressões e das libertações do povo. Teologia pública é necessária não apenas para a sua auto-apresentação no meio público, mas também para colocar as coisas públicas (*res publica*) na luz do Reino vindouro e da Justiça de Deus. Quando esta for a nossa firme vontade, encontraremos em todas as discussões públicas, por exemplo, sobre justiça social, sobre a liberdade das mulheres, sobre o começo e fim da vida, etc. dimensões teológicas inexploradas. Não cabe a uma teologia pela causa de Cristo esconder-se atrás dos silenciosos muros das igrejas. Seu lugar é no meio dos campos de conflito do mundo. É este o caminho que a “Teologia latino-americana da Libertação” seguiu, e é nessa mesma direção que desenvolvemos, na Europa, a nova e ecumênica “Teologia Política” (J.B. Metz e J. Moltmann). Vivenciamos, praticamente há vinte anos, repetidas ondas de individualismo em nossa sociedade moderna. O recuo ao privado é também uma reação ao terror nas ruas. Mas este recuo acaba cedendo ao terror e não instala a paz nas ruas.

IHU On-Line - Qual o papel do diálogo entre religiões na atual situação mundial?

Jürgen Moltmann - Há mais de quarenta anos, nós esperávamos chegar à paz mundial com esse diálogo. O que, contudo, vivenciamos há dez anos é muito doloroso; é uma tempestade de

⁹ Trata-se da obra de Karl Barth, “Kirchliche Dogmatik”. (Nota do IHU)

violência que atravessa as religiões mundiais, com genocídios islâmicos, guerreiros “armagedônicos” de Bush e desejos fundamentalistas de uma fuga do mundo apocalíptica. Discutíamos apenas com os bem-intencionados, mas não com os fundamentalistas e combatentes da violência. Pensávamos que o diálogo tornaria as religiões mais pacíficas e tolerantes. Somente agora, porém, percebemos que “religião” é a coisa mais perigosa que pode excitar as pessoas e tomar posse delas. O diálogo inter-religioso é uma brincadeira com o fogo, que pode pôr nosso mundo em chamas. Não acredito que uma teoria transreligiosa ou uma teologia das religiões possa nos ajudar. O cristianismo necessita defender com muito mais convicção o Evangelho da Vida e o poder da paz, tanto no mundo religioso, quanto no não-religioso. Sou a favor de uma teologia pós-dialógica da missão, uma missão que não tenha por objetivo a propagação do cristianismo como anteriormente o era, mas sim uma missão da Vida que represente o convite ao futuro de Deus: “Eis que faço novas todas as coisas.” (Ap. 21,5)

IHU On-Line - Como avalia o pensamento e contribuição ecumênica de Karl Rahner?

Jürgen Moltmann - Conheci Karl Rahner, primeiramente, nos anos 1960, por ocasião dos diálogos cristão-marxistas da Paulus-Gesellschaft e, após, no círculo de editores da revista *Concilium*. No dia cinco de março, comemoramos seu aniversário de cem anos. Karl Rahner contribuiu essencialmente para a ruptura da teologia católica com os sistemas cognitivos neo-escolásticos e para a abertura ao pensamento do mundo moderno. Sua gigantesca obra teve efeitos comparáveis a um grande Concílio Vaticano de Teologia. Ele “contemporizou” a teologia católica sem cair no modernismo ou no liberalismo. Fez da teologia cristã uma parceira a ser levada a sério pelo pensamento do mundo moderno, o que torna seu trabalho único e insuperável. A teologia de Rahner foi capaz de propiciar diálogos em vários níveis e, com isso, foi emblematicamente teologia pública. Marxistas, ateus e cientistas o ouviam e o respeitavam. Por quê? Porque ele conseguia ouvi-los e respeitá-los. Rahner sempre ouvia longamente antes de partir para discursos, às vezes complicados, mas sempre pertinentes. Rahner dava à teologia uma relevância pública sem abrir mão de sua identidade cristã e, no seu caso, da identidade católica. A teologia evangélica deve a ele sua nova comunhão com a teologia católica. Mas quero honrar Karl Rahner também com a menção de nossa briga em torno do “sofrimento de Deus” ou da “incapacidade divina de sofrer”. Estive totalmente em desacordo com seu *Deus impassibilis* e ele, da mesma forma, com meu *Deus crucificado*. Porém, brigas teológicas são boas quando pela verdade. Se os teólogos não brigarem mais, quem os levaria a sério ou por eles se interessaria? Infelizmente, após Rahner, essa discussão arrefeceu no campo da teologia. Por que, enfim?

PAIXÃO DE N. S. JESUS CRISTO SEGUNDO O EVANGELISTA MATEUS

UMA DAS MAIS PERFEITAS CRIAÇÕES QUE O ESPÍRITO HUMANO PÔDE CONCEBER

Entrevista com Yara Caznok

*A Unisinos promove a celebração de Páscoa deste ano oferecendo cultura e debate histórico à comunidade acadêmica. A morte e ressurreição de Jesus Cristo serão lembradas com base em trechos escolhidos da obra **Paixão de N. S. Jesus Cristo segundo o evangelista Mateus**, do consagrado compositor alemão Johann Sebastian Bach. Todos os eventos são gratuitos e abertos, inclusive, à comunidade externa da Universidade. As atividades são realizadas em uma ação conjunta do Instituto Humanitas Unisinos e da Difusão Cultural da Universidade.*

*A programação inicia no dia 1º de abril, com o **IHU Idéias** apresentado pela Prof.^a Dr.^a Yara Borges Caznok, professora de Harmonia e Análise no Instituto de Arte da UNESP, e que terá como tema Paixão: desde a*

Idade Média até o século XX. O evento será realizado das 17h30min às 19h na sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos. No dia 2 de abril, a Prof.^a Dr.^a Yara Borges Caznok fará duas audições comentadas de trechos da obra **Paixão de N. S. Jesus Cristo segundo o evangelista Mateus**, de Johann Sebastian Bach. A primeira audição será das 8h30min às 11h30min, no Miniauditório da Biblioteca Central da Unisinos. A segunda acontece das 19h às 22h no Auditório da Antiga Sede da Unisinos, localizada na Rua Brasil, 725, Centro de São Leopoldo.

Após participar das audições comentadas sobre os trechos selecionados da obra de Bach, todos estão convidados, no dia 4 de abril, domingo, para assistir o Concerto de Páscoa intitulado **Paixão de N. S. Jesus Cristo segundo o evangelista Mateus**, de Johann Sebastian Bach, com a Orquestra Unisinos, Coral Unisinos e Coral Ars Vocalis, a partir das 20h, no Anfiteatro Pe. Werner, localizado no Câmpus da Unisinos. O mesmo concerto será novamente executado no dia 7 de abril, a partir das 20h, no Teatro Dante Barone, da Assembléia Legislativa de Porto Alegre.

Doutora em Psicologia Social pela USP e mestre em Psicologia da Educação pela PUCSP, a professora Dr.^a Yara Caznok concedeu uma entrevista a **IHU On-Line** em que comenta a importância da obra de Bach, que será apresentada e comentada nos eventos acima mencionados. Sobre o tema, **IHU On-Line** publicou um artigo escrito pela professora na 92.^a edição, de 15 de março de 2004.

IHU On-Line – No evento IHU Idéias, a senhora apresentará o tema *Paixão: desde a Idade Média até o século XX*. Quais seriam as características mais destacadas dentro desses diversos momentos históricos?

Yara Caznok- A mais importante característica talvez seja o aspecto funcional que as Paixões comportam, ou seja, são obras compostas para integrar os ofícios da Semana Santa. Não foram obras criadas para serem ouvidas em forma de concerto, em um teatro, mas para sugerirem aos fiéis uma condição espiritual mais propícia à reflexão e à meditação. Decorrente disso, haverá um destaque para a relação texto-música: de que forma a palavra dos evangelistas veio sendo trabalhada musicalmente, nos diferentes estilos e períodos históricos, desde o Drama Litúrgico *Quem Quaeritis*, do século IV, passando por Orlando de Lassus, Schütz, Alessandro Scarlatti, Bach e chegando a Penderecki, no século XX.

IHU On-Line - Qual é a relevância de uma universidade abrir espaços, nas vésperas de Semana Santa, para uma audição comentada da *Paixão de N. S. Jesus Cristo segundo o evangelista Mateus, de Johann Sebastian Bach*?

Yara Caznok - Inicialmente, a divulgação de uma obra dessa magnitude, uma das mais perfeitas criações que o espírito humano pôde conceber. Como centro de difusão de cultura e valores, a universidade tem como missão divulgar e dividir, com sua comunidade, seu patrimônio intelectual e sensível. Em seguida, agendar para esse período do ano um evento como esse tem uma significação especial: propicia-se aos ouvintes um aprofundamento em suas vivências espirituais, morais, éticas e culturais relacionadas à dor, ao sofrimento, ao amor e à vida. Por último, pessoalmente, acho importante lembrar que o pensamento humano é uma grande linha que vem se desenvolvendo e da qual fazemos parte: ouvir uma Paixão segundo São Mateus no Domingo de Ramos, por exemplo, me une a uma comunidade que repete esse ritual há muitos séculos. Além disso, sei que, no mundo inteiro, naquele domingo, milhares de pessoas estão, quase ao mesmo tempo, realizando a mesma jornada estético-espiritual. Compartilhar valores por meio de uma obra de arte amplia minha sensação de estar no mundo muito bem-acompanhada.

IHU On-Line - De que forma a música está unida à fé na vida e obra de Bach e o que ela desperta naqueles que a escutam?

Yara Caznok- Bach foi profundamente fiel às suas convicções luteranas. Estudioso como poucos de todos os textos religiosos e de todas as manifestações artístico-cristãs, Bach teve a capacidade única de fazer de sua música um instrumento de elevação espiritual de tal envergadura que não há possibilidades de comparação com outros compositores. Mesmo para o ouvinte que se restringe aos aspectos puramente musicais, a beleza e a espiritualidade impregnadas em suas obras aparecem como evidências irrefutáveis.

IHU On-Line - Que elementos deveriam ser levados em conta por um público leigo que quer se preparar para fruir a obra de Bach?

Yara Caznok- A preparação para a fruição de qualquer obra de arte tem uma fase que pode ser encarada como ação externa: neste caso, procurar saber sobre a vida de Bach, sobre as obras (o que é uma Fuga, uma Cantata¹⁰, por exemplo), sobre os instrumentos e seus aspectos técnico-musicais. A audição já terá sido ampliada se o ouvinte conseguir relacionar todos esses dados no momento da escuta. Mas, tudo isso deve ser acompanhado por um movimento interno de disponibilidade, de vontade de ir para a obra, sabendo que haverá um exercício de procura, de despojamento de idéias pré-concebidas. E preciso despir-se de preconceitos: “Bach é um compositor antigo, difícil, muito sério” – é o que se ouve falar por quem não está familiarizado com suas obras. Não se importar com a barreira da língua, das diferenças de crenças, costumes da sociedade e do tempo em que nos separam de suas obras. Fazer, justamente disso, um atrativo, um interesse, objetivando a curiosidade: o que é que uma obra de tantos séculos atrás tem para me dizer? Abrir-nos para uma obra é deixar-nos sensibilizar, deixar a obra falar e dialogar com a nossa sensibilidade e a nossa história de vida. Qualquer obra de arte trabalha e enriquece nossa percepção e consciência, criando espaços mentais, afetivos, cognitivos, estéticos e espirituais que desconhecíamos existir em nós mesmos. Para ambas as tarefas de preparação, a palavra-chave é *frequência*: frequentar uma obra é ouvi-la entre meia dúzia e mil vezes, sabendo que sempre haverá novidades, eventos perceptivos que só se revelam com o tempo e com a familiaridade.

IHU On-Line- Quais os trechos que a senhora comentará e de que forma o músico vivencia e expressa neles a Paixão de Cristo?

Yara Caznok – A intenção é ouvir a obra em sua integralidade, já que temos duas sessões de escuta. As pessoas que lêem música podem levar a partitura, pois facilitará o acompanhamento. Para todos, será distribuída a tradução do texto - este será indispensável à compreensão da obra. Em cada parte, será destacada a maneira pela qual Bach constrói e conduz as vivências estético-espirituais dos ouvintes, seja individual ou coletivamente.

IHU On-Line - Nos últimos dias, a Paixão de Cristo, abordada por outra arte, o cinema, com o filme de Mel Gibson, tem sido objeto de debate. Haveria alguma relação que se pudesse estabelecer entre ambas as artes e suas formas de entender a paixão?

Yara Caznok - Há aspectos bastante visuais, e eu diria, até cinematográficos, na Paixão segundo S. Mateus de J. S. Bach. Isso vem, por um lado, do conhecimento que o compositor

¹⁰ Fuga é uma forma musical baseada no princípio de imitação: uma voz melódica acompanha a outra com uma certa defasagem, caminhando as duas simultaneamente, num jogo polifônico. O mestre dessa forma musical é Johann Sebastian Bach. Cantata é uma composição inspirada em motivo profano ou religioso e escrita para uma ou várias vozes, com acompanhamento instrumental. Em suas origens, peça musical que deveria ser "cantada" [Ital. *Cantare*]. J.S. Bach compôs 295 cantatas. (Nota do IHU)

tinha da retórica greco-latina que fundamentou os oradores cristãos, e que incide na captura do ouvinte em sua totalidade perceptiva. Aliando essa competência à consciência do espaço que artistas e cientistas barrocos possuíam, Bach nos coloca em diferentes locais e espaços: no meio da multidão que acompanha o cortejo, no silêncio de uma reflexão solitária, numa comunidade que entoa um coral, entre outros. Os caminhos para uma fruição, também visual, estão explicitamente colocados na obra São Mateus de Bach: no coro inicial, o texto incita-nos a olhar (Vede – Quem? O noivo/ Olhai – Como? Como um cordeiro). O último verso da obra nos diz: Infinitamente felizes adormecem nossos olhos. Isso significa que a participação da visão, no momento da escuta, é fundamental para a apreensão de uma obra dessa natureza e profundidade. Quanto aos filmes, não vi ainda nenhuma Paixão que tenha se valido da música de forma contundente e fundamental a ponto de poder ser comparada às paixões em termos de procedimentos composicionais multissensoriais. Compromissados com a narrativa direcional, os filmes que conheço (não vi ainda o de Gibson) não ousaram, por exemplo, sobrepor temporalidades e espacialidades, tais como Bach o fez. Na S. Mateus, há o espaço e o tempo da multidão, há os do evangelista, os do fiel, os da comunidade. Há espaços e tempos particulares e públicos, intimistas e extrovertidos, e o ouvinte participa de todos eles. A força de uma obra com essa riqueza de propostas espaço-temporais não a deixa ser apenas um entretenimento. Insere-a no conjunto daquelas raras experiências às quais denominamos existenciais.

DESTAQUES DA SEMANA

Análise de Conjuntura

O PT, DIRCEU E O RISCO DA GANGRENA

*Reproduzimos do jornal **Folha de S. Paulo**, 28-03-04, o artigo a seguir, escrito pelo filósofo Ruy Fausto, professor emérito da USP, e autor, entre outras obras, de **Marx - Lógica e Política** (Editora 34). De Ruy Fausto publicamos uma entrevista na 86ª edição, 1º de dezembro de 2003 e dois artigos na 90ª edição, de 1º de março de 2004.*

A revelação de um caso de suborno, envolvendo um assessor importante do ministro da Casa Civil, desencadeou um vendaval na política brasileira, cujas conseqüências continuam se fazendo sentir. O fato é da maior gravidade, mas por isso mesmo a sua descoberta poderia ter tido resultados positivos. Entretanto, dada a reação do governo e de seus defensores, mas também dado o estilo de uma parte dos ataques, não há motivos para otimismo, mas para inquietude.

O que há de negativo nessas reações é o excesso na crítica, por parte de alguns dos opositores (embora, tudo somado, o barulho da mídia seja positivo) e certamente excesso na defesa por parte do governo e de seus partidários. De um lado, uma ofensiva como raramente se viu na mídia brasileira: fala-se em "lodaçal moral" (e a ausência de precisões sugere que ele atinge todo o governo e, no tempo, toda a gestão Lula); compara-se, mesmo se hipoteticamente, Lula a Collor.

E já anteriormente às revelações, falava-se em "estelionato eleitoral". Do outro lado, se faz tudo para jogar a sujeira embaixo do tapete. Argüi-se que o ministro se enganou com o seu assessor como todo mundo se engana, insiste-se sobre a ocasião meio "longínqua" do evento, ou sobre a condição de não-petista do acusado. E faz-se tudo para evitar que se constitua uma CPI.

No primeiro caso, há excesso, não porque as revelações não tenham gravidade, mas porque se perde de vista que se, ao que parece, há "lodo", o que por si só diz muito, ele certamente não atinge o conjunto do governo nem no tempo nem (por ora) no "espaço", o que também deve ser levado em conta. E mais: se coisas muito desagradáveis existem, elas coexistem com uma prática de governo (até aqui) com certas qualidades em termos de competência, honestidade e responsabilidade por parte de um número importante de ministérios.

Não vou dar nomes. Mas examinem as equipes que estão nos ministérios (quatro exemplos: Relações Exteriores, Minas e Energia, Meio Ambiente e Educação, mas há bem mais do que isso), compare a qualidade das equipes e, em vários casos, o que já foi feito, com as figuras e os balanços dos ministérios correspondentes dos governos anteriores que o Brasil já teve. Ver-se-á que, até aqui (até o "evento", exclusive), o governo Lula não se sai mal, mesmo se, para alguns casos, só em termos de um início de trabalho, já que o primeiro ministério tinha pontos muito fracos.

Entre outras coisas, eu diria que hoje, em termos de qualidade das equipes, mas não só isso, esse governo é melhor, em geral, do que o governo Fernando Henrique Cardoso, o qual, diga-se de passagem, apesar dos seus graves erros, não foi, como se pretendeu, "o pior governo que o Brasil já teve". Mas o lado bom do governo Lula coexiste com um lado sombrio, que os seus defensores querem ocultar ou atenuar. Ora, se a corrupção não for combatida a fundo, haverá gangrena e nenhum bom ministério poderá compensá-la ou resistir a ela.

Tentemos repensar o conjunto do processo. De um modo geral, o PT apareceu como um partido de esquerda sui generis, nascido a contra corrente dos partidos de esquerda oficiais. Ele defendia uma linha não muito bem definida, mas bastante radical, afinada de alguma forma com uma perspectiva que não rejeitava as soluções revolucionárias. Pelo menos essa era a perspectiva de uma boa parte dos militantes. No plano da prática política imediata, condenava os acordos políticos e tinha, pelo menos aparentemente, uma atitude bastante intransigente no que se refere à corrupção.

Hoje os adversários da atual política do governo petista, sejam eles da extrema-esquerda, mas também, o que é surpreendente, os de centro ou centro-direita, tendem a idealizar esse PT do passado. Trata-se de mostrar as qualidades reais ou supostas do antigo PT, para realçar a gravidade da sua queda atual. Ora, uma análise mais cuidadosa e objetiva desse velho PT mostra que, nele, nem tudo era bonito. Mais do que isso. Quaisquer que fossem os méritos do partido, e estes não eram pequenos (digamos que ele era o partido que melhor encarnava as aspirações populares), a sua ideologia tinha o inconveniente de ser "revolucionarista", simplista, mítica mesmo, sob muitos aspectos.

E um ponto que gostaria de ressaltar: a separação entre o lado negativo do PT, que seria o seu revolucionarismo, e o lado positivo, a intransigência diante da corrupção, é em parte, ou potencialmente, enganosa. É verdade que a corrupção diminuiu muito, com a chegada do PT ao poder em vários municípios e isso marcou época. Mas o radicalismo revolucionário, tanto no Brasil como fora dele, nem sempre foi infenso à corrupção. O governo fidelista que o PT tanto apreciava e que, infelizmente, parece que ainda aprecia, andou negociando em proveito próprio com o narcotráfico (ver, a propósito, a liquidação de Ochoa e Laguardia, bodes expiatórios das aventuras fidelistas em matéria de "comercio" internacional). Da guerrilha colombiana, que alguns no PT, ao que parece, apreciavam (nesse ponto, houve felizmente evolução), não é preciso falar muito. Trata-se de guerrilha e de alta corrupção.

Por outro lado, as revelações que transpiraram do caso Celso Daniel parecem indicar que pelo menos algumas das pessoas suspeitas de atos escusos se apoiavam em velhas práticas revolucionárias e antigas justificações políticas da expropriação dos burgueses... Isso para mostrar que é falso supor que hiper-radicalismo e honestidade administrativa vão sempre juntos. Porém, mesmo que o PT tenha sido exemplar no passado, não seria válido agravar o caso atual, já em si mesmo muito grave, por causa desse passado, como se faz hoje de uma maneira um pouco fácil.

Como é sabido, e se repete à saciedade, o PT mudou. A propósito dessa mudança, é importante salientar três coisas. Primeiro, contra a idealização bem ou mal intencionada do passado, é preciso dizer que (até a presente crise) ele mudou em geral para melhor. Isso a extrema-esquerda nunca quis entender e, com suas fórmulas de uma outra época e o seu corporativismo (embora tenha acertado na sua alergia a certos ministros), dificultou o processo de mutação do PT. Segundo, o principal dessas mudanças vem antes, não depois das eleições, o que permite descartar a tese falsa do "estelionato eleitoral".

Para uma parte dessas mudanças (visão mais positiva da democracia representativa, por exemplo), a mutação ocorreu, mesmo, antes do ano da campanha. O terceiro ponto é que alguma coisa do lado negativo da mutação (porque há também o outro lado, e esse é o nosso problema), já aparece antes da eleição de Lula. Assim, por exemplo, durante a campanha, Lula começou a fazer o elogio de certo homem político de honestidade duvidosa, para não dizer mais. Porém, Lula e o PT não foram longe nessa direção. E com a escolha de Alencar como candidato à Vice-Presidência, o PT não vendeu a alma.

Houve uma nova mudança, esta após as eleições. Como se sabe, ocorreu, em primeiro lugar, no plano da política econômica. Diante da ameaça de um processo inflacionário que se esboçou por causa do resultado das eleições e também pelo terrorismo em torno da vitória de Lula praticado por pefelistas e tucanos, o governo decidiu aceitar de imediato uma taxa de juros alta (que, depois foi reduzindo, pouco a pouco), e adotar um superávit ainda maior do que o exigido pelo FMI, o que comprometeu as possibilidades de relançar imediatamente o crescimento econômico.

Precisemos. Essa política tem continuidade com a política final do governo Cardoso (mesmo assim, como assinalava um jornalista econômico, há diferenças), mas o problema é que a política final da gestão Cardoso não dá a essência do que foi o conjunto da política econômica daquele governo. Passou-se facilmente da tese dessa continuidade (ela mesma incompleta), com a política econômica final da gestão anterior, à tese da igualdade entre as duas. Afinal o PT não promoveu a privatização selvagem (criticada quase unanimemente quanto à forma e, ao que parece, desastrosa quanto ao conteúdo) a que procedeu o governo anterior, que era aliado do partido que melhor encarna a direita, em termos políticos, e melhor reflete os objetivos dos bancos, em termos de interesses econômicos, o PFL.

O que o governo petista fez foi continuar as medidas que tomara o antigo governo para evitar a catástrofe, ameaça pela qual esse mesmo governo anterior parece ter sido em parte o responsável. E o fez também levando em conta os efeitos da onda de terror ampliada pelos seus adversários. Quero dizer com isso que a política econômica do PT se justifica. Com todas as precauções que opinar em campo tão técnico exige (Merleau-Ponty escreveu, aproximadamente, que para opinar em política - eu diria, em política econômica- é ser obrigado a falar de coisas a respeito das quais os não-especialistas que somos só podem ter evidências indiretas), se a política econômica do PT era justificável no primeiro momento, ela foi errada depois, porque se imobilizou numa prudência excessiva.

Porém um erro desse tipo, erro que, se ousar dizer, é certamente de boa-fé, e que em parte tem raízes na herança econômica e política - inclusive o "terror"- anti-Lula deixada pela oposição (o

tema da "herança maldita", de que se abusou, tem alguma verdade), não justifica de forma alguma o termo pomposo e ultraviolento de "estelionato político". Crê-se seriamente que Lula e Palocci sejam "estelionatários", o que significa "escroques" da política? É dizer demais e mal.

Se esse é o diagnóstico que se deveria fazer da política econômica do PT, o que dizer da sua prática política (antes dos acontecimentos recentes)? Lula eleito, e o PT não tendo maioria absoluta, foi preciso fazer alianças. Com relação ao problema das alianças, observaria que é absurdo supor, como supõe a extrema-esquerda, e por isso sua crítica é estéril, que toda aliança com partidos que não se apresentem como sendo de "esquerda" seja a proscriver (a observar *en passant* entre os partidos e grupos ditos de esquerda há, por exemplo, partidos neomaoístas ou grupos neostalinistas, o que complica ainda mais o problema). Porém, também é falso afirmar que qualquer aliança é válida.

A meu ver, a propósito das alianças seria preciso afirmar o seguinte. Alianças podem e nas condições atuais do Brasil têm de ser feitas. Mas elas têm limites. Mais precisamente, têm um duplo limite, que poderíamos tentar definir, apesar das dificuldades que oferece, no caso, uma definição de ordem geral. Há um limite político e um limite ético. Sobre esses dois aspectos, a regra deveria ser: são vedadas em termos absolutos as alianças com grupos, partidos ou indivíduos claramente reacionários, ou notoriamente corruptos. Os dois advérbios são excessivamente vagos. Não tanto. Exemplos de alianças ilegítimas. Para o primeiro caso, alianças com o PFL, como a que fez o PSDB. Para o segundo caso, alianças com certo político do PMDB paulista, como, há pouco, ameaçava fazer o PT. Com os demais grupos, partidos e homens políticos, a validade das alianças depende de quem se trata e, se houver concessão recíproca, troca de "poderes", depende do que se oferece, do que se obtém, e das condições em que se oferece e se obtém.

Fora os casos que assinalei, não há regras absolutas. Cada caso é um caso e deve ser julgado como tal. Há suspeita de que o PSDB praticou ações desonestas por ocasião da reeleição de FHC. Isso é muito grave, mas a partir daí não dá para dizer que todo mundo no PSDB é corrupto e que toda aliança com políticos filiados a ele seja a proscriver. Depende de quem se trata, das condições. Considerando a situação anterior ao presente episódio e limitando-nos ao problema específico das alianças políticas (porque houve pelo menos um "caso tenebroso", ao qual irei me referir de novo, em seguida), até a crise recente, pelo menos na medida do que se sabe até hoje, não creio que o PT tenha feito nada de escandaloso no plano político nem no plano da honestidade administrativa (falo dos acordos e de suas conseqüências), mesmo depois da vitória ou que tenha traído a si próprio, como pretende a extrema esquerda.

Mas agora a situação se modifica. Estoura um grave caso de corrupção. Trata-se simplesmente da desatenção de um ministro, que se enganou ao escolher um assessor? Seria bom se fosse apenas isso. Infelizmente, as circunstâncias nos fazem pensar que a gravidade é maior. Esse não é o primeiro caso suspeito que envolve gente do PT. Houve pelo menos mais uma história grave, os fatos obscuros de Santo André, que culminaram com o assassinato do prefeito Celso Daniel. Há também as revelações de alguém que ocupara um posto importante no Ministério da Justiça, e que teria sido obrigado a sair por pressões vindas dos altos escalões do governo.

A acrescentar, agora, a reação desastrosa do PT, tentando pôr panos quentes e se aliando com o diabo para que, como se diz, tudo termine em *pizza*. E, *last but not least*, a atitude não menos desastrosa do ministro Dirceu, para o qual parece que nada aconteceu (uma pérola é a sua observação de que não tomou providências porque o próprio acusado já se encarregara disso...). Se juntarmos tudo o que se sabe nesses casos e em mais alguns outros, é difícil não concluir que, para além dos acordos que se fizeram, parece evidente que, nos bastidores, certos membros do PT enveredavam (e hoje visivelmente enveredam) por uma atitude comparável ao da política comum dos partidos políticos brasileiros, isto é, acham que ter

abandonado o "revolucionismo" significa aceitar eventualmente qualquer tipo de aliança e, pelo menos, fechar os olhos para práticas escusas. Essa deriva vem, assim, de uma má leitura, se podemos dizer assim, do que significa a mutação do PT, mas também, como observei acima, e paradoxalmente, de um apego a formas antigas (o "revolucionismo" não é sempre honesto). O PT tem que encarar seriamente esse problema, em vez de concluir com alguns dos seus partidários, e alguns dos seus adversários, que as coisas são assim em política. Ou o PT procede a uma verdadeira análise de consciência, e mais do que isso, a uma limpeza geral das suas práticas, ou a gangrena, é preciso dizer, será inevitável. Assim, é inadmissível que, para evitar uma CPI, a qual, apesar dos riscos, deveria ser aceita, ele se amarre, de pés e mãos, a Sarney, a ACM, a Calheiros (e até a Roriz). O tipo de compromisso que se anuncia, a partir do episódio da corrupção do assessor de Dirceu, é extremamente perigoso para o PT. O PT chega ao limite do que pode ou, antes, do que não pode um partido de esquerda. Lula não tem outra alternativa senão a da substituição de Dirceu. Só essa medida pode provocar um "sobressalto" no partido.

Seria pretensioso demais fazer propostas de programas ou de projetos, mas ousaria assinalar alguns pontos.

1) Uma questão que, no momento, parece secundária, mas é, na realidade, essencial: o PT deve tomar claramente distância em relação a todos os governos tirânicos ou ditatoriais, inclusive aqueles que se apresentam como governos de esquerda ou revolucionários (Observe-se que os críticos de extrema-esquerda que reclamavam da falta de democracia no PT não deram um pio a respeito. Nem, que eu saiba, os fundadores de novos partidos que se pretendem socialistas democráticos. Pronunciar-se contra as antigas democracias populares é fácil; quem seria a favor do câncer ou dos acidentes de automóvel? De resto, as tais "democracias populares" não existem mais. Quero saber o que eles pensam das ditaduras "de esquerda" que subsistem.) O ministro hoje na berlinda é um daqueles que parece ter mais "fraquezas" nessa área - quero dizer apenas que, contrariamente às aparências, a indulgência para com ditaduras "de esquerda" pode reforçar a indulgência para com gente eticamente duvidosa.

2) O PT deve aceitar a idéia de que, se alianças são necessárias, há dois limites para elas, um limite político e um limite ético (ver precisões mais acima).

3) O PT deve ter uma atitude absolutamente intransigente em relação a todos os casos de indulgência direta ou indireta para com práticas desonestas, por parte de gente ligada ao partido ou ao governo. A fortiori se houver mais do que "indulgência". É preciso complicar, não descomplicar as coisas, para salvar o partido e o governo.

4) É preciso rever a política econômica. As conversações com o FMI tendentes a mudar algumas das regras dos acordos representam uma boa notícia, desde que levem a algum resultado. Mas é preciso ter a coragem de correr um mínimo de riscos, reduzindo a taxa de juros e tomando outras medidas que facilitem a retomada do crescimento. Em tempo, exigências de mudança da política não devem servir de cortina de fumaça para encobrir percalços de natureza ética.

5) A curto ou médio prazo é preciso pensar em medidas redistributivas. Que o governo tenha empresários entre os seus ministros não é em si mesmo negativo. Aliás, os ministros empresários, à sua maneira, não têm andado mal. Mas será necessário que eles mostrem que são capazes de aceitar medidas redistributivas. Por exemplo, uma tabela de alíquotas do Imposto de Renda menos injusta para os menos ricos e que exija mais dos mais ricos. Há projetos de importância a desenvolver, como as cooperativas.

Mas desde já é preciso buscar uma saída clara para o impasse a que nos condena, de um lado, a "cara-de-pau" de raposas neófitas, e de outro, o narcisismo satisfeito de certos niilistas (refiro-

me só a uma franja dos que atacam o governo) que escondem mal o quanto se regozijam com a catástrofe, e o quanto são parte dela.

Entrevistas da Semana

Nesta semana apresentamos duas entrevistas. A primeira, feita com Zuenir Ventura, recorda, por ocasião do 40º aniversário do golpe de 1964, os trágicos acontecimentos que marcaram o Brasil e a América Latina a partir do fatídico 1º de abril de 1964. Zuenir Ventura analisa os 40 anos do golpe e traça paralelos com 2004 em entrevista publicada no **Jornal do Brasil**, 28-3-04. Zuenir Ventura, detecta, hoje, apesar de não haver uma correlação mecânica entre um tempo e outro, “um certo cheiro de Jango no ar. Um certo cheiro de um tempo, de um clima ruim”. A segunda entrevista o economista da Unicamp, Waldir Quadros, concedeu para a coluna de Elio Gaspari, em **O Globo**, de 28 de março de 2004. Nela, constata que a classe média, que sustentou o golpe de 1964, hoje desliza para a pobreza.

UM CHEIRO DE JANGO NO AR

Costuma-se dizer que um dos melhores atributos de um jornalista é o faro. Após 40 anos de profissão, o faro de Zuenir Ventura continua apurado, e nos últimos meses o que ele está sentindo é um cheiro de Jango no ar. O jornalista e escritor, que está lançando **Um voluntário da pátria**, da coleção *Vozes do Golpe* (Companhia das Letras, 4 volumes, 336 páginas, R\$ 41), identifica insatisfação na sociedade, falta de comando no governo federal, desorganização e inoperância. Mas não acredita na possibilidade de uma ruptura institucional, e teme apenas que a decepção da população com Lula e a política leve ao crescimento de um messianismo de cunho religioso.

Autor de **1968: o ano que não terminou**, que se tornou uma obra de referência do período, Zuenir, em **Um voluntário da pátria**, retrocede mais quatro anos para falar de suas lembranças do dia 31 de março de 1964, quando era um jovem professor que ia para Brasília com o objetivo de lecionar na UnB, o modelo revolucionário de ensino superior desenvolvido por Darcy Ribeiro. O autor chegou à Novacap após três dias de viagem em um fusca, por estradas desertas, sem conseguir ler jornais, ouvir noticiários de rádio ou assistir à televisão. O Brasil era vítima de um golpe de Estado, e ele não sabia de nada.

Ao contar essa história, o livro faz um resumo de como foram aquelas últimas horas de João Goulart no poder e da tentativa de resistência de parte da população que se opunha ao golpe, enquanto outra parcela comemorava nas ruas.

Em *Um voluntário da Pátria* você mostra o fim das utopias em 64. É possível estabelecer uma relação entre o golpe de 64 e o governo Lula, a última utopia dos brasileiros?

Zuenir Ventura - Hoje nós vivemos um momento que é muito diferente de 1964. Não se pode fazer uma correlação mecânica entre um tempo e outro, embora haja um certo cheiro de Jango no ar. Um certo cheiro de um tempo, de um clima ruim. Há uma certa insatisfação da sociedade, com as greves se repetindo. Há uma falta de comando no governo, uma certa desorganização, uma certa inoperância. Alguma coisa que também havia em 1963. É claro que, naquela época, a situação era muito mais radical, pois havia pessoas tramando o golpe. Hoje não se sabe, não se acredita que alguém esteja fazendo isso, muito menos os militares. Não há nenhuma notícia de que tal coisa esteja acontecendo. Então, por um lado há alguma coisa que lembra o cheiro daquela época: a sociedade insatisfeita com o governo, uma grande decepção em relação a tudo o que foi prometido, que não aconteceu nem está acontecendo. Por outro

lado, sabemos que o País é outro. As Forças Armadas são outras. A própria classe política e a democracia também são outras. Hoje se tem uma democracia muito mais sólida, já implantada. As nossas instituições, por mais frágeis que sejam, são muito diferentes das instituições daquele momento. Então, não vejo no horizonte o risco de um golpe, nem o risco de uma ruptura institucional. Embora haja um certo clima que, às vezes, lembra o Jango, no sentido de um governo meio inoperante, meio sem saber o que fazer, e de uma sociedade muito insatisfeita. Há uma grande decepção, essa é que é a verdade. Uma crescente decepção em relação ao governo.

Então qual seria a importância de Lula para o Brasil hoje?

Zuenir Ventura - Eu acho que Lula foi um grande momento da história brasileira, um grande investimento dos brasileiros na esperança. Mas ainda é cedo. Não é possível falar do atual governo como se ele já tivesse terminado; ele tem apenas um ano e meio de duração. A esperança de todos é que o governo acerte e encontre o seu rumo. Até porque a alternativa a isso é a pior possível. Imagine se a solução Lula não der certo. A perspectiva é a de um grande desencanto. E no meio desse desencanto - embora eu não acredite na possibilidade de um golpe ou de uma ruptura - pode surgir um salvador que venha pelo caminho da religião, alguém como um desses políticos evangélicos, que acene com a possibilidade de salvação terrena. Há o risco de surgir um perigoso populismo demagógico. Daí a enorme torcida para que o governo Lula dê certo.

O golpismo está presente em toda a história do Brasil. No caso específico de 1964, o processo revolucionário já vinha se delineando havia, pelo menos, 10 anos. Você acredita que o golpe poderia ter sido evitado?

Zuenir Ventura - O golpe seria apenas adiado. Jango, na verdade, foi usado como um grande pretexto. Até deu muita sopa para isso, mas, mesmo assim, era apenas um pretexto. O golpe começa em 1954 (com a tentativa feita por Carlos Lacerda de tirar Getúlio Vargas do poder, o que levou ao suicídio do então presidente). Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, há uma tentativa de impedir que João Goulart tome posse. Por mais que pessoas como Darcy Ribeiro achassem que o golpe poderia ter sido evitado - mesmo que à força, "na marra", imaginando que, se Jango substituísse todos os ministros militares, impediria a conspiração - o golpe que se armava era inevitável. Tanto é que Jango achava que dispunha do famoso dispositivo militar. Imaginava que as Forças Armadas estavam ao seu lado. Acreditava, por exemplo, que o general Amaury Kruehl - comandante do Segundo Exército, seu amigo e que devia favores a ele - não apoiaria o golpe. Mas na última hora Kruehl aderiu. Então, Jango foi de fato apenas um pretexto para um processo golpista que já vinha sendo construído havia algum tempo.

Qual a sua opinião sobre a postura de João Goulart de não evitar o golpe pela força, de não querer atacar o grupo que se deslocava de Minas Gerais para o Rio de Janeiro?

Zuenir Ventura - Jango teve um dos seus momentos mais bonitos ao evitar aquilo que imaginava que viria a ser uma guerra civil com 1 milhão de mortos. Conta pontos para ele não querer resistir dessa maneira. Não acho, como muitos achavam e ainda acham, que a atitude de Jango tenha sido covarde, que ele tenha fugido da luta, que ele tenha fugido do País. Chegou um momento em que ele deve ter visto que estava perdido; que aquela seria uma luta sangrenta e que, no final, ele também sairia perdendo. Teve a lucidez de perceber que não adiantaria nada atacar o grupo. Teve a grandeza de evitar que houvesse mortes.

Muito se fala dos revolucionários das décadas de 1960 e 1970, mas muitos se esquecem de que parte da sociedade era favorável ao golpe. Qual era afinal a posição da sociedade brasileira em 1964?

Zuenir Ventura - O que realmente aconteceu em 1964 foi que houve uma radicalização, uma divisão da sociedade, que rachou o País. Uma parcela apoiava intensamente Jango e as reformas. Dizia-se até que ele tinha o povo ao lado dele. Mas havia outra grande parcela, sobretudo a classe média urbana, que era a favor do golpe. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, no Rio e em São Paulo, chegaram a mobilizar 1 milhão de pessoas. Você tinha um país rachado praticamente ao meio. Após o golpe, houve, aos poucos, uma grande decepção entre as pessoas que o apoiaram, em relação aos caminhos que essa chamada "revolução" tomou. Logo que eles assumiram o poder, havia um grande apoio popular, mas, já em 1968, sobretudo com a decretação do AI-5, em dezembro, as próprias pessoas que o apoiaram, em relação aos caminhos que essa chamada "revolução" tomou. Logo que eles assumiram o poder, havia um grande apoio popular, mas já em 1968, sobretudo com a decretação do AI-5, em dezembro, as próprias pessoas que apoiaram o golpe se voltaram contra ele.

E como ficou a imagem dos militares?

Zuenir Ventura - Quando generalizamos dizendo "os militares", estamos nos referindo aos militares que deram o golpe, e que na verdade não eram a maioria. Aquele era apenas o grupo que tomou o poder. Tudo o que foi feito por essa minoria, todo o desvirtuamento do próprio golpe - a tortura; os porões; o pessoal que havia de pior entre os militares, agindo e fazendo dessa violência, por intermédio da repressão, uma espécie de terrorismo de Estado - fez com que a imagem dos militares, em geral, fosse contaminada. Todas as Forças Armadas acabaram pagando pelos erros e pela ação daqueles militares. Hoje não há mais isso. Primeiramente, porque os militares que estão aí são os filhos ou netos dos militares de então. Muitos não têm sequer a memória do que aconteceu, e a instituição não tem mais nenhuma relação com aqueles acontecimentos. Hoje, de maneira geral, as Forças Armadas, em si, são mantenedoras da democracia. Ninguém está pensando, ao que se sabe, em golpe, em uma aventura como aquela. Há uma visão crítica do papel dos militares. Sabe-se muito bem que hoje o papel deles não é o mesmo de 1964, quando, a pretexto de livrar o País de uma possível ditadura que o ameaçava, criaram uma outra. Hoje é completamente diferente. A sociedade amadureceu e tem outra visão. Assim como a sociedade, o País também amadureceu. Houve uma transformação muito grande: dos próprios militares, da instituição e da visão que a sociedade tem de tudo isso.

A CLASSE MÉDIA DESLIZOU PARA A POBREZA

A principal produção de Lula e do PT no governo foi desemprego. Lula merece que se faça a justiça de reconhecer-lhe uma sincera vontade de que as coisas não tivessem acontecido assim. Como o senhor acha que ele sai dessa?

Waldir Quadros - Não sei. Pelo caminho político que ele preferiu, não tem saída. Lula está preso numa armadilha de banqueiros. Sem crescimento econômico, você não tem como equacionar um desemprego desse tamanho. Se fosse coisa de 4% ou 5%, seriam possíveis medidas paliativas, mas num processo que já dura dez anos e que chegou a um índice de 12% no IBGE, a ruína social pegou todas as classes. Lula capitalizou o descontentamento provocado por essa situação. Um ano depois, temos uma frustração que se desdobra em raiva. A classe média brasileira deslizou para a pobreza.

O que vem a ser isso?

Waldir Quadros – Elaborei uma tabela, na qual dividi em cinco grupos os brasileiros que tinham renda em 1981. Comparando a situação com a de 2002, a classe média pauperizou-se e o conjunto ficou mais feio. As classes A, B e C deslizaram. Quem cresceu foram as classes D e E. Há categorias profissionais que, por definição, colocam as pessoas na classe média. Comerciante ou escriturário, por exemplo. A renda dessas pessoas contraiu-se. Muitas delas passaram do grupo B para o C ou do C para o D. Tomando outro gráfico, com os mesmos números para a Grande São Paulo, lidamos com a renda familiar e não mais com as rendas individuais. Em 2002 eram 18,5 milhões de pessoas. No grupo E havia 1,1 milhão de pessoas em 1981. Em 2002, eram 3,6 milhões. Num cálculo grosseiro, pode-se supor que mais de 2 milhões de pessoas deslizaram do grupo C para o D e do D para o E. Nesse período, a população da Grande São Paulo cresceu de 13,4 milhões para 18,4 milhões. Um aumento de 5 milhões de brasileiros. Os grupos D e E, sozinhos, ficaram com 4,2 milhões de pessoas desse grupo de chegantes. O desemprego de 2003 e 2004 não está nessas tabelas e os números só devem ter piorado. Um país com uma crise social dessas por mais de dez anos está namorando o perigo, como diria o José Dirceu.

Como o senhor sairia dessa? Com quem?

Waldir Quadros - Deus me livre estar numa situação assim. Vou lhe dar uma resposta que nunca pensei que fosse capaz de dar. Se alguém me dissesse que um dia eu ia dizer isso, eu me consideraria insultado. Parto de duas premissas. Uma é a de que a alternativa popular de esquerda, na qual tanta gente votou, dificilmente vai se reencontrar. Eu iria para uma alternativa onde houvesse conservadorismo e crescimento. Com quem? Alguma coisa na linha do Delfino Netto. Nem precisa ser ele.

Livro da Semana

MILBANK, John, Theology and social science: beyond secular reason. Oxford: Blackwell, 1990, 443 p. (Em português: Teologia e Teoria Social. Para além da razão secular. São Paulo: Loyola, 1995)

*Preparando-nos para o Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI, a ser realizado na Unisinos de 24 a 27 de maio, propomos, como livro desta semana, a obra de John Milbank, teólogo anglicano, inglês, que proferirá, no dia 26 de maio, a conferência "A teologia e a teoria social para além da razão pós-moderna. Desafios e perspectivas. Uma leitura teológica da pós-modernidade a partir da cultura anglo-saxã". Reproduzimos a seguir a primeira parte da resenha do livro de J. Milbank, feita pelo saudoso Pe. Henrique C. de Lima Vaz¹¹, sob o título "Além da modernidade" e publicada na revista **Síntese Nova Fase**, v.18, n.53, p.241-254, 1991. Os subtítulos são nossos. A íntegra da resenha, de nove páginas, será publicada no subsídio **Multitextos**, editado pelo Instituto Humanitas Unisinos. Para maiores informações: humanitas@poa.unisinos.br*

¹¹ Sobre o padre jesuíta e filósofo Henrique C. de Lima Vaz confira o **IHU On-Line** edições nº 19, de 27 de maio de 2002, e de nº 59, de 12 de maio de 2003.

ALÉM DA MODERNIDADE

O termo “modernidade”, usado hoje a cada momento e a todo propósito, acaba tendo muito dessas moedas gastas cuja inscrição tornou-se indecifrável; ou então circula como um *mot de passe*, cuja significação todos julgam possuir, mas que ninguém consegue explicar qual seja exatamente. “Modernidade” é uma *meta* que muitas sociedades lutam ainda por alcançar e, nesse caso, entende-se sobretudo como modernidade econômica e política; é um *valor* que todos reivindicam, pois ninguém admite ser tido por pré-moderno; é um *programa* cultural que indivíduos, grupos e instituições se propõem cumprir como condição para acertar seus passos com os da história; finalmente é uma *ideologia* (ou a *secular reason* dos ingleses), ou seja, a concepção do mundo que o homem “moderno” de qualquer latitude e vivendo nos novos tempos deve adotar, e em face da qual são atingidas por irremediável caducidade as representações ético-religiosas das sociedades tradicionais. Ora, justamente no momento em que, paradoxalmente, a “modernidade” torna-se “moda”, amiúdam-se os sinais de que ela tenha chegado ao fim do seu ciclo histórico e de que vivamos já sob o signo daquela forma de “modernidade da saída da modernidade”¹² que começa a ser denominada “pós-modernidade”. É a hora em que avaliações críticas da “modernidade” são tentadas sob vários ângulos, mas que se mostram freqüentemente decepcionantes por não se situarem na perspectiva exata, capaz de abranger a complexidade do fenômeno e atingir seu núcleo essencial, perdendo-se na polissemia em que o termo acabou disperso.

John Milbank e a primeira alternativa teológica à modernidade

O livro do teólogo inglês John Milbank, que aqui comentamos, é uma tentativa absolutamente notável de crítica da modernidade e de proposição de um caminho “para além da razão secular”, vem a ser, para além da ideologia da modernidade, de um ponto de vista privilegiado e que permite elaborar a primeira grande alternativa teológica à modernidade de que temos conhecimento. O ponto de vista privilegiado no qual se situa John Milbank é aquele no qual se encontram a “teoria social”, ideologia típica da modernidade, e a tradição teológica cristã. Na verdade, trata-se de um ponto de vista privilegiado, pois, a partir dele, é possível contemplar, na sua significação profunda, a grande empresa intelectual que assinala a aurora dos tempos modernos: a desconstrução do universo da teologia cristã e a construção do mundo profano da “razão secular”, construção essa que será levada a cabo com alguns dos materiais recolhidos dos escombros do antigo edifício. Milbank situa-se, assim, num terreno de análise que não era desconhecido aos intérpretes da modernidade, mas que poucos lograram percorrer com a acuidade de visão e a erudição teológica, filosófica e histórico-sociológica desse livro brilhante. Desta sorte, não hesitamos em considerá-lo uma das obras mais importantes dos últimos anos no domínio da teologia da história e da cultura, e uma referência doravante indispensável em qualquer estudo sério sobre o tema cristianismo e modernidade.

Resposta à situação paradoxal da reflexão cristã

O livro de John Milbank obedece a um bem-elaborado plano de construção, descrito com toda a clareza na Introdução (p. 1-6). Esse plano se desenha como resposta, a um tempo teórica e histórica, ao problema levantado a partir da situação paradoxal na qual se encontra hoje, nas suas expressões mais importantes, a reflexão cristã. Segundo o diagnóstico de Milbank, no momento em que a teoria social moderna chega ao termo de um caminho aberto pela intenção

¹² Alude-se aqui à caracterização que Marcel Gauchet faz do cristianismo como “religião da saída da religião”. Ver *Le Désenchantement du Monde*. Paris, Gallimard, 1996. (Nota do IHU: Marcel Gauchet acaba de publicar um livro onde retoma as intuições do livro citado. O livro é: *La condition historique*. Paris: Stock, 2003).

fundamental que a trouxe até aqui, qual seja a de explicar a sociedade exclusivamente em termos de “razão secular”, e se vê forçada a reintegrar nessa explicação a dimensão mítico-religiosa - seja embora o mito niilista do não - sentido universal - a teologia não somente aceita o postulado da secularização, mas vai pedir em empréstimo a teoria social, sob a forma de mediações socioanalíticas, as categorias e métodos de análise com que pretende conduzir sua leitura teológica da sociedade. O que daí resulta, segundo Milbank, são os discursos “científicos” e “humanistas” com os quais a teologia pretende ser ouvida e reconhecida pela “modernidade”; e as práticas “ecumênicas” recomendadas ao cristão para poder inserir-se plenamente na sociedade secular. Deve-se notar, desde logo, que este diagnóstico não implica, da parte do A., nenhuma idéia de restauração de um cristianismo pré-moderno, idéia enfaticamente recusada (p. 2). Seria, portanto, um equívoco imperdoável a classificação do A. entre os teólogos “tradicionalistas”. Ao contrário, seu projeto teológico situa-se deliberadamente no terreno da pós-modernidade, onde se desenvolve o que ele denomina uma “teoria social” pós-nietzschiana. Nesse terreno, Milbank se encontra com outro notável filósofo inglês do nosso tempo e que é, sem dúvida, seu interlocutor mais importante, Alasdair MacIntyre¹³. Divergindo embora de MacIntyre em pontos fundamentais, como veremos, Milbank participa da mesma tentativa de reavaliação crítica da leitura teológico-cristã dos tempos modernos e da busca de uma alternativa para o niilismo, última e mais coerente expressão da lógica que rege o curso da pós-modernidade secular.

O cristianismo não pode acolher a “razão secular”

A tese de John Milbank pode surpreender pela nitidez e rigor com que é proposta. Em suma, ela afirma que, nas duas tradições que vieram a constituir o fundamento da moderna teoria social - ou o próprio núcleo da ideologia da modernidade - a saber, a tradição maquiavélica e a tradição da nova “ciência política” do século XVII, estão implicados pressupostos ontológico-éticos radicalmente incompatíveis com o cristianismo. De tal sorte que, se o cristianismo acolhe entre as suas razões a “razão secular”, ele assume um compromisso perverso com o erro e a falsidade, tidos como tais segundo os seus próprios termos (p. 23). Tese que deve soar como um desafio ou um escândalo no momento em que as alas mais avançadas e representativas da teologia católica - para falar somente desta - buscam toda sorte de alianças com as formas mais extremadas da “razão secular”¹⁴. No entanto, a riqueza da documentação e o rigor demonstrativo do livro de Milbank tornam a sua discussão inevitável e, de nenhum modo, admitem que se passe sob silêncio essa audaciosa revisão crítica dos lugares comuns mais consagrados do pensamento cristão contemporâneo.

Ontologia do conflito e ontologia da paz

A demonstração de Milbank avança através de uma linha que pode ser seguida tanto cronológica como teoricamente. Ela se desdobra em quatro grandes blocos temáticos, sendo que os três primeiros podem ser considerados prolegômenos para a conclusão exposta na quarta parte, na qual o A. delineia a sua própria alternativa cristã às aporias da pós-modernidade. “Teologia e Liberalismo” (p. 7-48), “Teologia e Positivismo” (p. 49-144), “Teologia

¹³ Autor de *After Virtue* (1981) Em português: *Depois da Virtude*. Bauru: Edusc, 2001 e *Whose Justice? Which Rationality?* (1988). Em português *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?* São Paulo, Loyola, 1991.

¹⁴ Ver, por exemplo, a tentativa de utilização teológica do pensamento estruturalmente antimetafísico e antiteísta de J. Habermas, por alguns teólogos alemães contemporâneos, em R. Willeke, “Notizen zur Rezeption des frankfurter Neomarxismus in die Theologie und Religionspädagogik”, ap. *Theologisches*, Feb. 1981. p. 85-96. Devo essa indicação bibliográfica ao Prof. José Nogueira Machado, UNICAP, Recife. A respeito dessa recepção de Habermas pela teologia católica (J. B. Metz, H. Peukert) ver J. Milbank, p. 238.240.

e Dialética” (p. 145-256) e “Teologia e Diferença” (p. 257-438): eis as quatro partes ou os quatro passos da demonstração de Milbank. Para designar desde logo o núcleo teórico em torno do qual irão girar todos os desenvolvimentos do seu livro, cremos poder identificá-lo na oposição radical e última entre uma ontologia do conflito e uma ontologia da paz. Traduzindo essas ontologias em termos de gênese dialética da realidade, podemos dizer que a primeira pensa as origens em termos de uma teomaquia primitiva na qual, em virtude de uma *violência original*, a ordem se impõe ao caos pela força; a segunda pensa as origens a partir do ato criador do Deus de bondade, de sorte que as oposições que se manifestam no devir da realidade devem ser referidas a uma *paz original*, expressa no aforisma do Pseudo-Dionísio (um dos autores preferidos de Milbank) que Sto. Tomás de Aquino fez seu: *divina pax facit omnia ad se invicem concreta* (*De divinis nominibus*, 724 A; ver *ibid.* 948 C-953 B). Essa clivagem primeira entre uma ontologia da paz e uma ontologia do conflito - ou entre uma metafísica da criação e uma metafísica do caos primordial - pode parecer um pressuposto teórico excessivamente remoto e perdido nos longes da abstração para a discussão das questões eminentemente concretas da teoria social e da hermenêutica da modernidade. Ora, a minuciosa discussão de Milbank, ao longo das quatrocentas e tantas páginas do seu livro, empenha-se justamente em demonstrar que a opção ontológica sobre as origens está presente de maneira determinante no cerne mais íntimo da visão teológica cristã e do discurso social da modernidade; e é na referência a esse cerne constitutivo da sua coerência interna que as duas ordens de razões se mostram inassimiláveis uma pela outra. Isso não significa que a reflexão teológica cristã não tenha nada a aprender dos grandes modelos de teoria social propostos ao longo do pensamento moderno. O próprio livro de Milbank é a prova brilhante de que o confronto sério com o discurso teórico da modernidade exige a descida do pensamento teológico às suas raízes mais profundas; e o A. não deixa de reconhecer, por exemplo, a lição contida na concepção ética da história em Hegel (p. 172-173) e o valor (limitado) da análise marxiana da lógica do capitalismo como lógica “secular” (p. 202). Mas a incompatibilidade de princípio permanece irreduzível, e é ela que impele a razão teológica, na sua travessia do pensamento da modernidade, para “além da razão secular”.

“Razão secular” forma a *teoria social* – símbolo da modernidade

Desde as primeiras páginas do seu livro, Milbank defende a tese de que a “razão secular” e as práticas dela resultantes, longe de serem o resultado histórico de um longo processo de gestação no seio da tradição judeu-cristã - lugar comum das leituras sociológicas da cultura ocidental, recebido e adotado pelas teologias da cultura -, é uma “construção” que tem início na tarda Idade Média sob a forma de uma nova “ciência política” que justamente “constrói” seu objeto a partir das idéias de *conatus* (autopreservação) e de *dominium* (soberania absoluta), aplicadas aos indivíduos e às comunidades. Essa nova “ciência política” recebe no século XVII (Grotius, Hobbes, Espinoza) sua primeira forma sistemática explícita. Em páginas nas quais o roteiro do livro está como que delineado de antemão (p. 12-23), Milbank mostra a nova “ciência política”, que veio a ser o primeiro capítulo da ideologia da modernidade, edificando-se como uma “construção teológica” na qual Deus como *Irresistible Power* (Hobbes) prefigura os traços do Estado moderno; e como uma hermenêutica bíblica na qual o texto sagrado (desvinculado da sua leitura eclesial) é submetido ao domínio da interpretação “científica” e, portanto, ao domínio absoluto da “razão secular” (Espinoza). Se completarmos os traços da nova “ciência política” com a emergência do historicismo maquiaveliano que substitui o tempo histórico da *charitas* cristã pelo tempo mítico do *fatum* pagão, no qual só pode ter lugar o exercício de uma *virtù* de astúcia e força, teremos nas mãos as pontas dos dois fios da “razão secular” que se

entrelaçarão para formar a *teoria social*, expressão teórica do imaginário simbólico da modernidade, ou forma privilegiada da ideologia dominante dos tempos modernos.

As grandes figuras históricas da teoria social - o Liberalismo, o Positivismo e a Dialética - podem ser assim consideradas e analisadas como representativas do imenso esforço teórico que se prolonga através dos últimos três séculos e tendente a construir o espaço “secular”, ou o lugar teórico de uma história pensada segundo a autonomia absoluta do sujeito humano. Note-se que o *saeculum* (ou o *aiôn* grego), designando até então o intervalo temporal entre a Redenção e a Parusia, ou o tempo de uma história estruturalmente cristã, passa a designar o espaço mundano do *fazer* autônomo do homem, espaço fechado, portanto, a toda referência transistórica ou transcendente, e no qual transcorre o tempo da história “secular”, ou história entendida como construção ou *artefactum* que reconhece no homem seu único obreiro. No entanto, nesse espaço do *saeculum*, despojado da sua referência teológica transcendente, continuam a vigorar as regras de construção do edifício teológico que outrora nele se ergueu. Tal é o destino da “teoria social”, o de ser uma teologia que se ignora; e quando esses pressupostos se tornarem visíveis, como no caso de Nietzsche e da posteridade nietzscheana dos nossos dias, não restará a ideologia da modernidade senão o *furor destruens* do niilismo, que inaugura a pós-modernidade.

As regiões teóricas percorridas por Milbank

Não é aqui o lugar para acompanharmos, passo a passo, o longo itinerário de Milbank, que o leva do “direito natural” do século XVII à “violência ontológica” da pós-modernidade. Assinalemos apenas as características das grandes regiões teóricas atravessadas por esse caminho. No terreno do Liberalismo, Milbank estuda a formação da ciência política a partir de Hobbes e sua complementação na economia política do século XVIII, pondo em evidência a estrutura metadiscursiva de caráter teológico com que essas duas primeiras formas da teoria social moderna consideram a relação entre indivíduo e poder de um lado, indivíduo e riqueza do outro. O Positivismo aparece, na seqüência do Liberalismo, como lição teórica aprendida na trágica experiência da revolução francesa, e que impõe o reconhecimento da precedência do “social” como *sistema* sobre o “político”, dando assim origem à Sociologia, nova forma da teoria social. Em dois longos capítulos, Milbank acompanha a evolução da Sociologia nas suas duas versões, a francesa, de Comte (na verdade, Milbank faz remontar o Positivismo ao ocasionalismo de Malebranche) a Durkheim (p. 51-74), e a alemã, de Kant a M. Weber (p. 75-100). Ao formular-se como metadiscorso sobre a natureza da sociedade a Sociologia não pode deixar de referir-se a uma ontologia do social que, ao mesmo tempo em que faz do “ser social” a evidência primeira do seu metadiscorso, tenta operar uma redução do religioso ao social que acaba conduzindo a uma localização sociológica do religioso ou no todo social (Durkheim) ou na sua esfera superior (Weber), constituindo então o religioso o domínio que Milbank denomina *the sublime*, e do qual se ocupa a sociologia da religião, a cuja crítica é dedicado justamente o capítulo intitulado *Policing the sublime* (p. 101-143).

E Henrique C. de Lima Vaz termina a resenha afirmando: “Terá John Milbank, nessa obra poderosa e original, rica em erudição e em análises brilhantes, alcançado o seu intento e conduzido a razão cristã “para além da razão secular”? Qualquer que seja a resposta a essa questão, não duvidamos em afirmar que o roteiro do pensamento cristão para além do niilismo pós-moderno deve doravante passar necessariamente pela obra de Milbank, nela reconhecendo, como afirmávamos no início, a primeira grande alternativa teológica conhecida à crise da modernidade”

Memória

O DIA EM QUE A MARUJADA SE REBELOU E FOI ÀS RUAS

A editoria Memória lembra, através do artigo do jornalista Sérgio D'Ávila, a Revolta dos Marinheiros no Rio de Janeiro, em 25 de março de 1964, que acentuou a polarização política no País. O texto foi publicado no jornal Folha de S. Paulo, em 25 de março de 2004. De Sérgio D'Ávila publicamos um artigo na 92ª edição, de 15 de março de 2004. Os subtítulos são nossos.

Quando saiu de casa, naquela quarta-feira, dia 25 de março de 1964, o marinheiro Pedro Viegas sabia muito bem para onde iria: o palácio do Aço, sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. Era ali que se reuniam a diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e mais de mil pessoas.

Entre elas estariam o mitológico João Cândido, o "almirante negro", e o presidente da entidade, o Cabo Anselmo, na verdade o marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos. O objetivo inicial da marujada era comemorar o segundo ano de existência da entidade, e, como repórter do jornal da associação, "A Tribuna do Mar", Viegas não podia nem queria perder nenhum detalhe.

Primeiro, pela presença de João Cândido. Então aos 84 anos, reverenciado pela tropa apesar de expulso da Marinha, ele tinha sido o líder da Revolta da Chibata (1910), quando os marujos tomaram a baía de Guanabara e se rebelaram contra os castigos corporais que lhes eram impostos.

Depois, por Cabo Anselmo, aos 23 anos o segundo presidente da associação (cuja diretoria comungava com o Partido Comunista), um orador empolgado que era garantia de bons discursos. Horas antes da festa, porém, o Ministério da Marinha, que não reconhecia a entidade, mandou prender os seus diretores.

Logo a comemoração viraria uma assembléia permanente. "Mas ainda não havia um sentimento de revolta", lembra hoje o ex-marinheiro e jornalista Pedro Viegas, 66, que reconta o episódio no livro *Trajetória Rebelde* (Editora Cortez), a sair neste mês. "Nós ainda estávamos dispostos a negociar, ver onde ia dar."

(Cinco anos mais tarde, detido, Viegas comandaria da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio, a "Operação Liberdade", que libertou presos políticos, a maioria ex-marinheiros, numa ação cinematográfica que culminou na fuga em um Aero-Willis e foi executada enquanto outros detentos, coniventes, batiam suas canecas nas barras das celas e cantavam: "O mar se agitou! O mar não está para peixe! Bate firme, marujada!".)

O tal sentimento de revolta viria com um discurso inflamado de Anselmo, planejado no escritório de Carlos Marighella (1911-1969, que depois criaria a Aliança Libertadora Nacional), dirigido ao presidente João Goulart e atacando os militares que conspiravam: "Quem (...) tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um presidente ao suicídio, outro à renúncia e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das reformas de base".

Primeiros sinais da polarização política

A polarização política dava o tom naquele março de 1964. Dias antes, o Rio de Janeiro recebera o Comício da Central do Brasil (dia 13), em que o presidente Jango havia "se definido pela esquerda", segundo o brasilianista Thomas Skidmore. Logo depois, a reação da direita,

que colocou milhares de pessoas nas ruas de São Paulo (dia 19), seguindo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A relação entre a soldadesca e a oficialidade refletia essa polarização. "Soldados, cabos, sargentos, cujas associações estavam de uma maneira ou de outra sob influência da esquerda, e os altos oficiais tinham entrado em rota de colisão já havia algum tempo", afirma o historiador Flávio Luís Rodrigues, autor de ***Vozes do Mar - O Movimento dos Marinheiros e o Golpe de 64*** (Cortez, 2004).

Pelo menos um antecedente ajudou a acirrar os ânimos. No ano anterior, cerca de 500 sargentos ocuparam centros administrativos de Brasília em protesto à decisão do STF de negar a posse do mandato aos que entre eles tinham sido eleitos para a Câmara dos Deputados em 1962, o que ficou conhecido como a Revolta dos Sargentos.

Agora, o episódio no Sindicato dos Metalúrgicos já era tratado como Revolta dos Marinheiros. Como agravante, parte dos fuzileiros navais enviados à sede para prender os companheiros sublevados colocou as armas no chão e aderiu. O comando da Marinha não iria aceitar aquela demonstração pública de indisciplina.

Ironicamente, o próprio João Cândido criticaria depois a "segunda rebelião". Conforme conta seu filho caçula, Adalberto do Nascimento Cândido, 65, que a Folha localizou vivendo em São João do Meriti, no Rio, o pai saiu da reunião dizendo que "marinheiro faz revolta é no mar". O "almirante negro" morreria em 1969, em decorrência de câncer, em paz com o regime militar e "ainda adorando a Marinha acima de tudo", segundo Adalberto.

A maneira como Jango tratou do problema levou à sua deposição

Quando a revolta eclodiu, João Goulart passava o feriado da Semana Santa em sua fazenda em São Borja (RS). A maneira como o presidente lidaria com o problema nos cinco dias seguintes ajudaria sua caminhada rumo ao cadafalso no dia 31.

Primeiro, Jango mandou oficiais de seu Gabinete Militar negociarem com Anselmo. Então, os marinheiros sublevados foram presos - e levados a quartéis do Exército, não da Marinha, para evitar confrontos -, mas soltos em seguida.

Saíram em passeata comemorativa, carregando dois almirantes de esquerda nos ombros, conforme relata Elio Gaspari em ***A Ditadura Envergonhada*** (Cia. das Letras, 2002). Os atos foram considerados humilhantes pela oficialidade, que reagiu com a demissão do ministro da Marinha, Silvio Mota, logo substituído por ordem de Jango por um almirante próximo do PCB. A gota d'água viria indiretamente por obra de outros soldados, suboficiais e sargentos das Forças Armadas, reunidos no Automóvel Clube, na Cinelândia.

Estamos no dia 30 de março. No salão transformado em auditório, numa noite de muito calor, soldados rebelados das três Forças e simpatizantes em número próximo de 2.000 ouvem discursos cada vez mais duros de líderes das associações, a maioria pregando desobediência militar.

Poucos minutos depois das 22h, João Goulart entra no salão sob aplausos. Leva no bolso um discurso escrito em parte pelo histórico líder comunista Luis Carlos Prestes (1898-1990) e muita apreensão de seus assessores, parte dos quais contrária a sua decisão de ir ao evento daquela noite. "Quem fala em disciplina, senhores sargentos, quem alardeia, quem procura intrigar o presidente da República com as Forças Armadas em nome da disciplina são os mesmos que, em 61, em nome da disciplina e da pretensa ordem e legalidade que eles diziam defender prenderam dezenas de sargentos", disparou. "Na verdade, nós temíamos que ele não aparecesse naquela noite e que, caso aparecesse, não discursasse", lembra Pedro Viegas. Pois João Goulart não só foi como discursou – seria aquele seu último discurso como presidente.

Ainda hoje, muita polêmica envolve os dias que se sucederam entre 25 e 30 de março. A primeira vem da tese segundo a qual a Revolta dos Marinheiros teria sido inflada por agentes da direita infiltrados, na figura do Cabo Anselmo, para apressar a queda de Jango. "Não acredito que Anselmo fosse um traidor em 1964", afirma Pedro Viegas. "Ele só passou para o lado de lá em 1971."

De fato, após liderar a revolta, José Anselmo dos Santos cairia na clandestinidade com o golpe e militar na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Preso pelo Dops em 1971, mudaria de lado e passaria a trabalhar para o regime, entregando antigos companheiros para a repressão militar.

A outra vem da hipótese de que somente depois da visita ao Automóvel Clube é que Jango selaria seu destino de presidente deposto, por ter compactuado com a indisciplina militar, o que engrossou as fileiras dos militares golpistas. "O golpe estava no ar e viria de qualquer jeito, de um lado ou de outro", diz o historiador Marco Antonio Villa, autor de *Jango - Um Perfil* (Globo, 2004).

O mesmo relata Gaspari em seu livro, segundo o qual, antes mesmo de Jango discursar, o golpe já estava em marcha. Tanto que, horas antes da fala presidencial, a Casa Branca recebia um telegrama do consulado americano em São Paulo, que informava: "Duas fontes ativas do movimento contra Goulart dizem que o golpe contra o governo do Brasil deverá vir nas próximas 48 horas". Viria mesmo. No dia seguinte, 31 de março de 1964.

Filme da Semana

ENCONTROS E DESENCONTROS

Ficha Técnica

Nome original: *Lost in Translation*

Origem: EUA

Realização: 2003

Gênero: Comédia Dramática

Duração: 102 min.

Classificação: 14 anos

ENCONTROS E DESENCONTROS

No artigo a seguir, o padre jesuíta mexicano, Luis García Orso comenta o filme **Encontros e Desencontros**. Luis García Orso é presidente da Organização Católica Internacional de Cinema (OCIC) no México, que premia os valores humanos em festivais cinematográficos. A tradução do original em espanhol é da equipe de *IHU On-Line*.

Sofia Coppola, 32 anos, diretora e roteirista. O sobrenome nos leva imediatamente a seu pai, Francis F. Coppola, e à trilogia do Padrinho. Sofia nasceu quando se preparava a filmagem do Padrinho I; fez uma breve aparição na segunda parte, quando era uma menina de três anos, e teve um papel de quadro na terceira parte, em 1990. **Encontros e desencontros**, seu segundo filme como diretora e roteirista, depois de *As virgens suicidas* (de 1999) demonstra-nos com

amplitude que Coppola é herança de arte e ofício cinematográficos, e não simplesmente apoio de papai famoso. Confirmam-no quantidade de prêmios dos críticos, ao iniciar este ano 2004.

No *Lost in Translation*, Bill Murray encarna excelentemente o Bob Harris, um ator outrora famoso a ponto de passar ao esquecimento, que queria seguir no teatro mas se vê obrigado a aceitar um muito recompensável contrato por filmar comerciais de uísque. Scarlett Johansson é Charlotte, recém-formada no curso de Filosofia na Yale e estreando matrimônio. Ela está em Tóquio com seu marido, contratado como fotógrafo em uma empresa de música. Charlotte terá apenas uns 20 anos de idade, e Bob anda pelos 50, e, com tal diferença de idade, ambos compartilham a sua chegada a Tóquio, o efeito da mudança de horários, a insônia, a sensação de estarem perdidos e abandonados na grande cidade asiática, o aborrecimento, a inatividade, a solidão e as vontades de encontrar sentido em tudo isso e mais.

Lost in Translation tem o duplo significado de “perdidos na tradução” e de “perdidos no traslado”. É, por uma parte, a sensação de confusão e impotência ao não saber o idioma que fala a outra pessoa, e até o humor de trocar sem querer o sentido original de uma palavra. O filme retrata esse choque de língua, cultura, rituais, significados, em um país tão longínquo e paradoxalmente tão ocidental como o Japão. Mas em um nível mais profundo, o filme nos revela também o desconcerto e a fragilidade experimentada, quando não entendemos a mesma linguagem que falam as pessoas que fazem parte de nosso círculo de relações mais próximas.

Charlotte se encontra com um marido quase ausente, fugidio, centrado em si mesmo, incapaz de entender a linguagem de um beijo, um abraço, uma saudação carinhosa. Bob ouve cansado as chamadas telefônicas rituais dos Estados Unidos, quase de compromisso familiar, de sua esposa, tão próxima no telefone e tão distante afetivamente, mais atenta à cor do novo tapete e dedicando-se aos meninos. Ouvimos as palavras de um mesmo idioma, mas não conseguimos nos compreender mutuamente, não conseguimos traduzir o que na verdade estamos sentindo.

Lost in Translation tem, por outra parte, também o significado de perdidos no traslado, na mudança, no movimento. Bob vai aceitando com resignação e resistência a mudança que lhe impõe, quase como uma afronta, a sua carreira e a sua vida, o filmar comerciais simplórios em um país incompreensível para ele. Charlotte também se sente perdida no traslado a Tóquio, supostamente para acompanhar o marido, que nunca está com ela e contempla, sobressaltada e fascinada, a grande cidade, de sua enorme janela no andar quarenta do hotel ou da pequena janela do táxi em movimento.

Mas o traslado temporário a Tóquio e o movimento vertiginoso de uma cidade de néon entristecedor, levará ambos a outro segundo nível também de compreensão: a perplexidade de uma vida que se move, que não é estática nem igual sempre, e em que seus mesmos significados, queridos e assumidos por cada um, às vezes, têm que ser novamente recolocados; os significados para cada um, cada uma, de seu matrimônio, sua carreira, seu presente e seu futuro, o que amam, o que lhes dói, o que necessitam, o que desejam, o que, na verdade, querem viver.

Perdidos na tradução de seus sentimentos e das palavras; perdidos na mudança a Tóquio, no movimento incansável de uma cidade estrangeira que lhes faz entrar em sua própria cidade interior, Charlotte e Bob terão que encontrar-se, quase por necessidade, quase por acaso, no perambular das madrugadas de insônia no hotel e no bar. O que podem a vida e a casualidade proporcionar a dois seres humanos que se sentem perdidos em Tóquio, quando os separa uma brecha geracional de trinta anos? Talvez nada, se se tratar de diversão ou aventura passageira; muito, se acreditarem no mistério tão humano e universal de que duas pessoas podem encontrar-se, reconhecer-se, acompanhar-se; quando parece que a realidade não dá para muito e quando parece que todos são estrangeiros embora falassem o mesmo idioma. Sofia

Coppola aposta nessa possibilidade, e ao Bob, a Charlotte, e a cada um dos espectadores, nos faz sentir tão bem, tão humanos e tão capazes de gratuidade.

Em uma megacidade moderna como Tóquio, onde a verdadeira protagonista é a tecnologia e todo tipo de máquinas, supostamente para nos comunicar e nos encontrar: computador, televisão, telefone celular, telefax, videogames, auriculares de música, telas de karaokê, anúncios espetaculares, luminosos, a jovem Coppola nos diz que finalmente são artificios que nos deixam sozinhos, se não houver uma alma que se revele neles e por meio deles.

Ao longo do filme, Charlotte lê um livro sobre “a busca da alma”. O caminho a conduzirá a outra alma que seja escuta, espelho, apoio, afeto, companhia. Então já não se sentirá perdida, e sim encontrada, recuperada, acompanhada.

Ao final, lhe sussurra ao ouvido umas quantas palavras que nós não conseguimos ouvir nem saber. Na realidade, não devemos nem podemos ouvir: seria indiscrição e atrevimento. Deu-nos de presente, como graça a que não temos nenhum direito, ser testemunhas de seu encontro em Tóquio; agora eles e nós iremos ao encontro de outro, outra, nos sabendo fortalecidos, guiados, acompanhados.

Deu nos Jornais

BNDES e FMI

O editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, de 23-3-04, aborda um tema importante e complexo para a economia brasileira. Trata-se de mais um embate entre duas linhas de política econômica dentro do governo Lula. A questão em disputa é a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) que remunera algumas operações do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Essa taxa foi fixada pelo Conselho Monetário Nacional em 10% ao ano. No entanto, “para a última missão do FMI no País, e para alguns membros da equipe econômica, essa taxa representaria um subsídio à produção nacional, uma vez que a taxa Selic e os juros cobrados no mercado de crédito são bastante mais elevados”. Segundo o editorial “de modo geral, a remuneração dos empréstimos do BNDES, como de qualquer instituição financeira, depende da fonte dos recursos que lastreia as operações. A Taxa de Juros de Longo Prazo é cobrada sobre os empréstimos realizados com recursos originados do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), constituído pelas arrecadações do PIS e do PASEP, remuneradas à taxa de 6% ao ano”. “Logo, a TJLP não representa um subsídio, pois o banco, que existe para fomentar a produção, tem uma fonte de recursos própria, possibilitando a cobrança de juros diferenciados - aliás, como existe em inúmeros países. Já é preocupante que a tese de considerar a TJLP como subsídio tenha partido do FMI. Mais preocupante ainda é o fato de ela ter sido apoiada pelo secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy”. O editorial é contundente e claro: “A idéia é contrária aos interesses do desenvolvimento brasileiro. Mais do que isso, acaba-se fabricando um argumento que pode prejudicar o País no comércio internacional, já que há o risco de a OMC (Organização Mundial do Comércio) considerar os produtos exportados com financiamento do BNDES como subsidiados - e, portanto, passíveis de contestação pelos concorrentes”. “No momento em que as exportações brasileiras crescem e conquistam fatias maiores de mercado, certamente haverá quem tente contê-las. O setor produtivo brasileiro já enfrenta obstáculos suficientes para que se ergam outros com propósitos duvidosos. Num país em que o setor financeiro não se apresenta para financiar projetos de longo prazo, querer remover o BNDES de seu papel de banco de fomento beira a irresponsabilidade”.

BNDES versus BC

“O Ministério da Fazenda e o Banco Central não receberam bem o pedido do presidente do BNDES, Carlos Lessa, para que o CMN (Conselho Monetário Nacional) reduza a TJLP na reunião desta semana, segundo apurou a Folha. Pelos critérios técnicos, não haveria espaço hoje para o governo cortar a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).” “Na semana passada, Lessa encaminhou ao presidente do BC (Banco Central), Henrique Meirelles, uma carta em que pede que a TJLP seja reduzida dos atuais 10% para 8% ao ano no segundo trimestre de 2004. A reivindicação contou com o apoio do senador Aloizio Mercadante (PT-SP)”. A notícia está publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, 23-3-04, dando prosseguimento ao embate interno no governo Lula.

Lessa, presidente do BNDES, critica o FMI

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Carlos Lessa, voltou a atacar com veemência a interpretação do FMI (Fundo Monetário Internacional) segundo a qual a TJLP é uma forma de subsídio. A TJLP é a taxa básica dos empréstimos do BNDES. “Se essa tese prevalecer, será mortal para o BNDES, mortal para o sistema de fomento brasileiro, mortal para o desenvolvimento do Brasil”, afirmou Lessa, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, 23-3-04. O presidente do BNDES manifestou estranheza com o fato de o questionamento do FMI ter surgido quase dez anos após a criação da TJLP. “Essa operação existe desde 1995 [a TJLP foi criada em 31 de outubro de 1994, e a primeira taxa, 26,01%, fixada em dezembro do mesmo ano]. Por que só agora é levantada a hipótese de subsídio?”, perguntou. Segundo ele, se a tese do FMI for ratificada, “praticamente toda a indústria brasileira está sendo subsidiada”. Lessa acrescentou: “Isso representa a atrofia do BNDES e, mais do que isso, um assalto a todos os empresários que contrataram com TJLP”.

1964: Golpe ou Contragolpe?

Golpe ou contragolpe? No primeiro dia de debates sobre os 40 anos do golpe militar de 1964, na faculdade de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, historiadores e cientistas políticos divergiram sobre o papel da esquerda no período. O professor Jorge Ferreira, da UFF, falou sobre a propensão golpista da esquerda e sua disposição de tomar o poder pela força. O cientista político Caio Navarro de Toledo, da Unicamp, discordou e disse que os discursos radicais da época eram apenas bravatas. “A esquerda e a direita estavam dispostas a ignorar a democracia no País e traçaram a estratégia de confronto aberto pelo poder. Leonel Brizola disse, num discurso, que teria que dar o golpe senão os militares o fariam”, disse Jorge Ferreira. A notícia está publicada no jornal *O Globo*, 23-3-04. Para Toledo, o discurso radical da esquerda foi responsável pelo agravamento do processo político. No entanto, segundo ele, não havia estrutura para dar o golpe. “Diante da desigualdade de forças políticas, sociais e econômicas não se pode dizer que as esquerdas tinham possibilidade de golpear e que, portanto, o golpe de 64 teria sido preventivo. Isso é apenas uma defesa da direita”, rebateu Navarro. O historiador Carlos Fico concorda que havia uma tentativa generalizada de tomada de poder. Para ele, tanto o projeto de luta armada da esquerda quanto o endurecimento do regime eram anteriores mesmo ao golpe: “Esses projetos existiam previamente. Pelo lado da direita, havia a utopia autoritária de eliminação do comunismo e dos subversivos. A luta armada também era um projeto de parte da esquerda”. Já a historiadora Maria Aparecida de Aquino, da USP, é totalmente contrária a essa tese do golpismo de esquerda. “Nada me faz crer que existisse idéia de golpe por parte de João Goulart. Essa idéia é uma armação para justificar o golpe”. Numa entrevista publicada na *Folha de S. Paulo* e repercutida no *IHU On-Line* n.º 92, o

historiador Marco Antonio Villa defendeu a mesma posição que foi contestada, em carta enviada ao jornal, por Caio Navarro de Toledo.

O Brasil desperdiça até 40% da água tratada

“O Brasil ainda desperdiça até 40% de água tratada, segundo dados do *Atlas de saneamento* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado ontem. O levantamento cruza dados do último censo, da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz. O resultado, na avaliação do IBGE é, mais uma vez, um país desigual nos níveis regionais e municipais. Quase metade dos municípios brasileiros não tem serviço de esgotamento sanitário. De 1989 a 2000, o número de pessoas que tinham acesso à rede de água cresceu, mas também cresceu a distribuição de água sem tratamento: de 3,9% em 1989 para 7,2%”. A notícia está publicada no jornal **O Globo**, 23-3-04. Segundo cálculos da entidade, o Brasil precisaria investir, durante 20 anos, cerca de R\$ 180 bilhões, ou R\$ 9 bilhões por ano. O secretário nacional de saneamento ambiental do Ministério das Cidades, Sérgio Gonçalves, disse que a falta de recursos seria uma das razões para ter aumentado o percentual de pessoas que hoje tem acesso à água não tratada. Segundo ele, o governo federal pretende investir R\$ 1,6 bilhão no orçamento e mais R\$ 2,9 bilhão em empréstimos com recursos do FAT e do FGTS para financiar ações de saneamento básico.

Iraque: o fracasso dos EUA é surpreendente

“O fracasso da ocupação norte-americana no Iraque é surpreendente, dado o poder e os recursos dos Estados Unidos, o fim das sanções, o derrocamento do tirano e a falta de um apoio externo significativo à resistência”. A análise é de Noam Chomsky em artigo publicado no jornal argentino **Clarín**, 23-3-04. Para Chomsky, “foi por causa desse fracasso que Bush voltou atrás e solicitou a ajuda das Nações Unidas. Mas segue a pergunta se o Iraque pode ser algo mais que um Estado cliente dos Estados Unidos”. Para Chomsky, “um momento crucial será a realização da eleição presidencial nos EUA. O espectro político norte-americano é bastante estreito, e as pessoas sabem que as eleições norte-americanas basicamente são compradas. No entanto, às vezes, a eleição entre as duas facções existentes nos EUA pode marcar uma diferença”.

Golpe de 1964:

João Goulart, sem fazer as reformas, foi destituído

As tão decantadas reformas estruturais postas em prática neste início de governo Luiz Inácio Lula da Silva ganham correspondência e similaridade nas reformas de base propostas na campanha presidencial de 1960, que elegeu Jânio Quadros, estendendo-se até o início do governo Castelo Branco, em 1965, quando foram implantadas. A deterioração dos fatores socioeconômicos aliada aos focos de tensões políticas davam ao período pré-64 um quadro de eterna desconfiança em relação ao governo João Goulart, o que impossibilitou a aprovação das mesmas. A opinião é do sociólogo e cientista político da Universidade Federal de Minas Gerais Otávio Dulci, segundo reportagem publicada pelo **Jornal do Brasil**, 24-3-04. “O fator econômico em si não explicaria uma crise daquele tamanho. Havia um ambiente de tensão social muito grande que gerava necessidade de reformas estruturais” - explica Dulci, adiantando que os principais eixos das reformas eram as questões agrária, tributária e universitária. A diferença básica entre as reformas intervaladas por quatro décadas é, segundo Dulci, o fato de os representantes do setor produtivo - os mesmos que hoje têm assento na Esplanada dos Ministérios - serem contra, por não considerarem o governo Goulart confiável.

Os empresários tinham quase 50% das cadeiras no Congresso, mesmo após a vitória dos setores mais esquerdistas, ligados aos sindicatos, nas eleições legislativas de 1962. “Os dois lados não negociavam. Havia paralisia institucional. João Goulart não conseguia patrocinar a agenda das reformas porque estava muito enfraquecido” - afirma Dulci. Obrigado a aceitar a adoção do parlamentarismo, de cujo regime se tornou uma espécie de fantoche, e a ver o primeiro-ministro Tancredo Neves formar um ministério de alto nível, Goulart se consagrou nas urnas que restituíram o presidencialismo, em janeiro de 1963. Talvez inspirado no estrelado gabinete de Tancredo, que contava com nomes da estirpe de Ulysses Guimarães e Franco Montoro, Goulart também contou com pesos pesados na última parte de sua administração, como Celso Furtado e San Tiago Dantas. João Goulart não conseguiu, entretanto, dar coerência ao governo, que perdeu a capacidade de administração, principalmente em relação ‘à política econômica’. Foi incapaz de desmontar a conspiração militar então em marcha. “A volta ao presidencialismo foi a gasolina da crise, o combustível para o golpe. João Goulart agia como se nada de anormal houvesse na área militar” - sentencia Dulci.

Modelo econômico brasileiro e a miragem do modelo chinês

“O erro do governo Lula é correr atrás dessa miragem. Lá, os salários são de 20 dólares. É uma economia de zoológico. Tudo bem, lá as girafas são bem alimentadas, mas alguém quer ser uma girafa?” A opinião e a pergunta é de Francisco de Oliveira, sociólogo, professor emérito da USP. Segundo notícia publicada na **Folha de S. Paulo**, 25-3-04, o governo Lula persegue o “modelo chinês [de crescimento econômico]”, que não passa, para ele, de uma “economia de zoológico”. Segundo o sociólogo, o crescimento da economia chinesa, a uma média de 7% nos últimos anos, é resultado de um regime de câmbio controlado, moeda desvalorizada, acumulação de reservas por meio do aumento das exportações e abertura para investimentos estrangeiros em zonas especiais determinadas pelo governo - em quase tudo o oposto do modelo brasileiro. Oliveira, que fundou o PT e o deixou no fim de 2003, disse que o governo Lula comete um “grave equívoco” e irá “pagar caro” por manter a política econômica da gestão Fernando Henrique [1995-2002], sustentado por uma base parlamentar que, segundo ele, atrai até o “PP de [Paulo] Maluf”. “É como o peixe de [Ernest] Hemingway no livro o **Velho e o Mar**. Ele pesca um peixe de 150 quilos em alto mar, mas, ao chegar à praia, está liquidado, porque todos os partidos fisiológicos já comeram suas carnes”, afirmou. As declarações foram feitas durante palestra de uma hora e meia no seminário sobre os 40 anos do golpe de 1964, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio e Arquivo Público do Estado do Rio. Para Francisco de Oliveira, o governo Lula herdou o “pior” do regime militar: “a incapacidade de autogovernar-se”. “A ditadura destruiu a capacidade nacional de autogovernar-se. Nisso, o governo Lula é o pior herdeiro. Está perdido que nem cachorro no meio da procissão.”

São Paulo: A maior taxa de desemprego desde 1985

Após se estabilizar em janeiro deste ano em 19,1%, a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo subiu para 19,8% no mês passado, segundo a Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) e o Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos). É o pior resultado para um mês de fevereiro desde 85, quando a pesquisa começou a ser realizada. De acordo com o levantamento, 109 mil postos de trabalho foram eliminados no mês, e a taxa de desemprego teria sido ainda maior se 51 mil pessoas não tivessem desistido de procurar emprego. A notícia está publicada nos jornais **Folha de S. Paulo** e **Jornal do Brasil**, 25-3-04.

133 mil na busca de 30 vagas

A chance de concorrer a um emprego tem atraído milhares de pessoas à estação Brás do Metrô, no centro de São Paulo. No local é possível se inscrever em concurso aberto pelo Metrô (Companhia do Metropolitano de São Paulo) no dia 15. Segundo a companhia, até as 16h45 do dia 24 de março mais de 133 mil pessoas já haviam se inscrito para concorrer a uma das 30 vagas. A notícia está publicada na **Folha de S. Paulo**, 25-3-04. O salário inicial da função (agente de estação) é de R\$ 866,26, com direito a auxílio-alimentação, cesta básica, assistência médica e odontológica, plano de previdência privada e seguro de vida.

Kirchner pede perdão 'pela vergonha de ter calado'

O presidente Nestor Kirchner pediu perdão por parte do Estado nacional "pela vergonha de ter calado por 20 anos de democracia, as atrocidades cometidas". A notícia está publicada nos jornais **Página/12** e **Clarín**, 25-3-04. O presidente argentino fez este pedido de perdão no ato de entrega da Escola de Mecânica da Armada – ESMA – para o governo da cidade de Buenos Aires para que se transforme "num espaço para a memória e a promoção dos direitos humanos". A ESMA foi o maior centro clandestino de detenção e tortura durante a cruel ditadura militar argentina. Segundo depoimento dado ao jornal **Página/12**, pessoas seqüestradas e torturadas, presentes no ato, a ESMA foi o maior campo de concentração da América do Sul.

Superior Geral dos dominicanos defende o celibato opcional do padre católico

Com esta manchete, o jornal espanhol **El País**, 25-3-04, publica uma declaração do Frei Carlos Azpiroz Costa, argentino, superior geral dos dominicanos, afirmando que o celibato opcional "ajudaria muito para compreender a família, a mudança da linguagem eclesial, tornando o padre mais próximo. Ganhar-se-ia com esta medida uma Igreja mais próxima da sociedade, apesar de a Igreja católica estar mais próxima do que imaginamos e menos do que deveria estar". Segundo ele, "a Igreja precisa escutar mais a mulher. Uma das questões que vão mudar no futuro é o papel da mulher na Igreja".

Maioria viverá em cidades em 2007, diz ONU

"Pela primeira vez na história, a maioria da população da Terra viverá em cidades, em 2007, de acordo com projeções divulgadas ontem pela Organização das Nações Unidas. Em 2003, 48% da população mundial vivia em áreas urbanas. Esse percentual ultrapassará a marca dos 50% em 2007." De acordo com o relatório *Perspectivas da Urbanização do Mundo: Revisão de 2003*, a população urbana, que era de 3 bilhões em 2003, será de 5 bilhões em 2030. No mesmo ano, a população rural será de 3,2 bilhões. Em 2003, eram 3,3 bilhões. A população urbana global crescerá 1,8% ao ano e dobrará em 38 anos. Ainda de acordo com a ONU, as cinco maiores cidades do mundo em 2015 serão: Tóquio, com 36 milhões de habitantes; Mumbai (Bombaim), com 22,6 milhões; Nova Déli, com 20,9 milhões; Cidade do México (20,6 milhões) e São Paulo (20 milhões). (...) Está ocorrendo, no entanto, uma redução no ritmo do crescimento populacional desde que a Terra passou a ter 6 bilhões de habitantes, em junho de 1999. (...) Dois fatores contribuem para essa desaceleração do crescimento populacional: a maior oferta de contraceptivos e os efeitos da epidemia de Aids no mundo. (...) Em partes da África, a expectativa de vida média pode cair para 30 anos em 2010, algo que não se vê no planeta há mais de cem anos. Outra projeção é a de que a população da Índia ultrapassará a da China e será de 1,6 bilhão em 2050." – **Folha de S. Paulo** – 25-03-04

Saldo de um ano de governo: um país mais pobre

“Em um ano de governo Lula, o Brasil empobreceu e concentrou ainda mais a renda; a capacidade produtiva instalada diminuiu; o mercado interno despencou, como decorrência de quedas acentuadas nos rendimentos dos trabalhadores.” Esse é o balanço de um ano de governo do PT que faz César Benjamin, em entrevista ao **Brasil de Fato**, edição Nº 55 - 18 a 24 de março. “A esquerda brasileira tem que tomar vergonha. Ela não tem o monopólio da história’, ensina Benjamin, acrescentando que ‘muita gente que se dizia de esquerda já foi jogada no lixo, no mundo inteiro, e em todas as épocas, com razão. A crise terminal do PT coloca para todos nós o imenso desafio de refundar a esquerda brasileira em novas bases, para abrir um novo ciclo na sua história. Ou fazemos isso ou vamos para o lixo.’” César Benjamin é autor de **A Opção Brasileira** (Contraponto Editora, 1998, nona edição) e integra a coordenação nacional do movimento Consulta Popular.

Desemprego sobe e atinge 12%

Em fevereiro, o número de pessoas trabalhando permaneceu estável na comparação com janeiro, mas mais gente procurou trabalho, o que provocou um pequeno aumento do desemprego, de acordo com a metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A taxa de desemprego passou de 11,7% no primeiro mês deste ano para 12% em fevereiro, segundo o instituto. Já o rendimento médio real (descontada a inflação) cresceu 0,5% em comparação com janeiro. O número de pessoas sem trabalho e à procura de vaga teve uma alta de 3,3% na mesma comparação - sinal de que mais pessoas estão em busca de uma colocação. A notícia está publicada nos jornais **Folha de S. Paulo** e **O Globo**, 26-3-04.

Precariedade

Ao comparar os dados com os de fevereiro de 2003, porém, houve uma expansão da precariedade do mercado de trabalho. Apesar de o número de pessoas ocupadas ter aumentado 1,5%, as vagas criadas são informais. Cresceu o total de empregados sem carteira (4,8%) e de trabalhadores por conta própria (8,8%), que, em geral, têm salários menores e condições de trabalho piores. Ao mesmo tempo, caiu a ocupação com carteira assinada -1,9%. Em relação a fevereiro do ano passado, o total de pessoas sem trabalho que procuravam uma recolocação também subiu (5,7%). Nessa comparação, a renda continuou em queda, mas num ritmo menor do que nos meses anteriores. Houve uma retração de 5,7%. Para o economista Lauro Ramos, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os dados de fevereiro revelam que “o mercado de trabalho ficou parado”. Um sinal disso, afirmou Ramos, é que não estão sendo gerados novos postos de trabalho. “A grande informação é que não tem novidade: o desemprego continua praticamente estável, se comparado com janeiro, e um pouco mais alto, em relação ao mesmo mês de 2003, sem indicações claras de alteração desse quadro”, disse, segundo a **Folha de S. Paulo**, 26-3-04.

Desemprego: Um quadro de desalento

Cláudio Dedecca, economista, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Cesit (Centro de Estudos Sindicais), analisando os dados da Fiesp e do Caged [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados], “o quadro ainda é desalentador”. Em entrevista concedida ao jornal **Folha de S. Paulo**, 26-3-04, ele constata que os “dados da Fiesp e do Caged [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados] apontam que a situação do nível de emprego formal na indústria melhorou, já que houve aumento de postos de trabalho em fevereiro. Só que os números do Seade/Dieese e do IBGE, que pegam também o mercado

informal, mostram que a taxa de desemprego aumentou. Ou seja, as vagas criadas com carteira assinada foram muito poucas perto da quantidade de pessoas no mercado”.

Cai a pobreza na Argentina

O governo do presidente Néstor Kirchner conseguiu interromper o aprofundamento da crise social mais dramática da história argentina. Segundo o Indec (o IBGE argentino), no segundo semestre de 2003, a taxa de pobreza do país caiu de 54% para 47,8%. No mesmo período, a porcentagem de indigentes recuou de 27,7% para 20,5%. Atualmente, 11 milhões de argentinos, de um total de 36 milhões de habitantes, vivem abaixo da linha da pobreza. O Indec considera pobre uma pessoa que integra uma família de quatro membros com renda mensal inferior a 750 pesos. O número de indigentes - integrantes de uma família que vive com menos de 360 pesos mensais - chega a 4,7 milhões. A notícia está publicada no jornal **O Globo**, 26-3-04 e é notícia de primeira página no jornal argentino **Página/12**, 26-3-04 que estampa: “uma pequena brisa no deserto”.

Golpe de 1964: classe média sustentou o golpe e depois virou oposição

“Integrante da classe média com 13 anos à época, o atual secretário de Urbanismo do Rio, Alfredo Sirkis, viu seus amigos e parentes apoiarem e sustentarem o golpe militar. A classe média ‘era insegura e vivia em pânico’ no fim do governo João Goulart. Quatro anos mais tarde, boa parte dela participava de mobilizações populares e engrossava a Passeata dos 100 mil, um dos ícones da resistência contra o regime ditatorial”. Rememorando o golpe de 1964, o **Jornal do Brasil** publica, diariamente, depoimentos de pessoas ativamente envolvidas nos trágicos acontecimentos do golpe de 1964. No dia 26-3-04, o jornal carioca reproduziu o depoimento de Alfredo Sirkis, autor de um livro sobre a oposição ao golpe. Segundo ele, “houve uma desilusão da classe média com os militares. Tínhamos esperanças de que o golpe fosse para garantir a democracia, entretanto, vieram os atos institucionais, a repressão, a prorrogação do mandato do Castello, enfim, a ditadura”. Segundo Alfredo Sirkis, a classe média passou para a oposição e trilhou três caminhos: uma parte foi para a luta armada - opção de Sirkis -, outra virou hippie, e a terceira optou por se inserir na sociedade e obter ascensão social trabalhando na Bolsa e no mercado financeiro. Em maio de 1971, não restou outro caminho a Sirkis além de seguir para o exílio. Presenciou o golpe contra Allende no Chile, o terceiro governo de Perón, sua morte e os primeiros dias de Isabelita Perón, na Argentina, além da Revolução dos Cravos, em Portugal, que acabou com o antigo sistema militar do país. Com a Anistia, em 1979, o lacerdista e fã de Kennedy voltou ao Brasil. O **IHU On-line**, boletim semanal do Instituto Humanitas Unisinos, dedicará dois números do mês de abril ao golpe de 1964. Também dois eventos do **IHU Idéias** abordarão o mesmo tema. Além disso, o **Humanitas Arte**, que será aberto, na galeria da Biblioteca Central da Unisinos, no dia 5 de abril, rememora o fato.

O atentado de Madrid: uma investigação eficaz

“Tudo parece indicar que, em apenas duas semanas, a polícia espanhola descobriu o essencial da trama operativa e logística do 11-M. Os investigadores detiveram ou localizaram os supostos componentes do núcleo do comando islâmico que protagonizou a maior matança terrorista da nossa história” – escreve o editorial do jornal **El País**, 26-3-04. Para o jornal, “a polícia acredita poder afirmar que o comando que atuou era composta essencialmente por imigrantes marroquinos, relativamente bem instalados na Espanha e que aqui se converteram ao yidatismo, isto é, ao uso da violência terrorista a serviço do islamismo radical”. Ao mesmo tempo que jornal elogia a investigação policial, ele critica o governo Aznar por não ter levado

em conta as ameaças explícitas de Bin Laden contra a Espanha e por ter se empenhado, ao lado dos EUA, com a guerra do Iraque.

A eleição de Zapatero na Espanha segundo Alain Touraine

“A derrota de Aznar na Espanha pode significar uma mudança muito importante. Em vez de os povos serem arrastados por seus dirigentes, pode ser que agora os povos comecem a impor a sua vontade a seus amos. Nesse sentido, é interessante perceber que o desejo de Aznar de mostrar-se como o melhor aliado do presidente Bush o levou a opor-se, energicamente, aos esforços de reforçar a Europa”. A opinião é de Alain Touraine, sociólogo e diretor do Instituto Superior de Paris, em artigo publicado no jornal espanhol *El País*, 26-3-04. Segundo Alain Touraine, “é obrigatório reconhecer que vivemos em estado de guerra e, portanto, não podemos aceitar que sejamos simples objetos cuja sorte depende do Governo dos EUA sem que a Europa como tal nem os governos de suas nações possam intervir em seu destino”.

Haiti: o golpe, segundo I. Wallerstein

“Para os EUA, objetivamente, Aristide não representava nenhum problema maior. Diferentemente de Hugo Chávez, ele não estava sentado em cima de um poço petrolífero nem ficava denunciando os EUA. Os neoconservadores norte-americanos o viam como um produto de Clinton, de procedência duvidosa, como alguém que devia ser derrubado para favorecer as pessoas com as quais eles têm relações mais próximas, assim que manobram o cenário para transferir o poder. Além disso, a derrubada de Aristide é uma advertência para todos os outros países do continente: os EUA estão prontos para intervir onde for preciso”. A opinião é de Immanuel Wallerstein, sociólogo americano, em artigo publicado no jornal mexicano *La Jornada*, 26-3-04, analisando o golpe que derrubou J. Aristide do governo do Haiti.

Frases da Semana

Brasil à breca

“Caímos sob o domínio de idéia que esses anos de estagnação e conformismo já provaram falsa: que agrados sucessivos aos mercados financeiros – na condução das políticas monetária e fiscal e na definição da agenda de reformas – propiciam investimentos e empregos. A primazia dada à confiança financeira ajudou a levar o Brasil à breca.” – Roberto Mangabeira Unger, economista no artigo ‘Hora de dizer não’ – *Folha de S. Paulo*, 23-3-04.

Política econômica de Lula

“O governo precisa redirecionar a política econômica.” - Antonio Carlos Spis, secretário de comunicação da CUT – *Folha de S. Paulo*, 25-3-04.

“Falta ação enérgica para o crescimento. No que se convencionou chamar de microeconomia, o governo se retirou.” – Delfim Netto, economista e deputado federal – *O Globo*, 25-3-04.

“Não se pode imaginar crescimento sem ação ativa do Estado. É importante uma ação do Estado para estimular o espírito animal do empresário.” - Delfim Netto, economista e deputado federal – *O Globo*, 25-3-04.

“Tudo somado, demitir Dirceu dará certamente um alívio temporário. Mas alívio verdadeiro só virá se a política econômica mudar.” - Clóvis Rossi, jornalista – *Folha de S. Paulo*, 26-3-04.

“Quem comprou a idéia de que após um primeiro ano de forte ajuste teria lugar o ‘espetáculo do crescimento’ já deve estar se sentindo iludido.” - editorial da **Folha de S. Paulo**, 26-3-04, comentando a última ata do COPOM.

Decepção

“Estou decepcionado, mas ainda esperançoso” - Luiz Francisco de Souza, procurador da República – **Folha de S. Paulo**, 28-3-04.

“Na verdade, o Palocci, o Meirelles e o restante da equipe econômica poderiam sair do governo. O Mantega e o Gushiken também. O governo e o país precisam de pessoas mais comprometidas com os pobres” - Luiz Francisco de Souza, procurador da República – **Folha de S. Paulo**, 28-3-04.

“O governo desmobilizou os movimentos sociais. Em vez de tentar refazer o capital estatal, segue os passos de Fernando Henrique.” – Francisco de Oliveira, sociólogo – **O Globo**, 25-3-04.

“Se soubessem que o primeiro ano do governo Lula seria o melhor ano de suas vidas os banqueiros não teriam feito tudo o que fizeram para melar a sua eleição, lembra? Se soubessem que o primeiro ano do governo Lula acabaria com os banqueiros contentes, e ninguém mais, muita gente teria votado no Serra. Afinal, para ter outro presidente do PSDB, melhor registrado e sem disfarce. Mas quem poderia adivinhar? “ - Luís Fernando Veríssimo, escritor, na coluna “A alegria dos banqueiros” – **O Globo**, 28-3-04.

“Uma das graves carências brasileiras é a da previsão competente. Vivemos nos surpreendendo com o futuro que não estava nos astros, nos búzios, na lógica e muito menos em biografias ou promessas de campanha” – Luís Fernando Veríssimo, escritor, na coluna “A alegria dos banqueiros” – **O Globo**, 28-3-04.

Emprego: Vaga em encruzilhada!

“Inscreveram-se 133.000 pessoas no Brasil para 30 postos de trabalho.” – manchete de primeira página – **Clarín**, 26-3-04.

“E trabalho no Brasil só se for trabalho de macumba. Trabalho de macumba. Vaga em encruzilhada!” – José Simão, colunista – **Folha de S. Paulo**, 26-3-04.

“E emprego virou uma coisa tão excepcional que vai dar até plantão no ‘Jornal Nacional’: ‘Plantão Urgente! Tantantan! Aberta uma vaga de porteiro em Perdizes.’” - José Simão, colunista – **Folha de S. Paulo**, 26-3-04.

Cheiro de Jango no ar!

“A realidade do Brasil de hoje é conformada pelo regime militar.” – Jessie Jane, professora de história da UFRJ, ex-militante de esquerda que passou nove anos presa – **Jornal do Brasil**, 25-3-04.

“Este golpe, chamado por alguns de “revolução”, foi o responsável pela destruição do conceito de Brasil. Os orangotangos que governaram o País durante o regime, conseguiram a façanha

de terminar com o orgulho de ser brasileiro. E hoje o Brasil não é uma nação, é um território individualizado. Hoje é preciso reconstruir o conceito de nação para que possamos, ao menos, ter identidade.” – Augusto Boal, teatrólogo e dramaturgo em entrevista concedida ao jornal pelotense – **Diário Popular**, 26-3-04.

“O golpe mostrou que forças do conservadorismo não brincam quando se trata de defender seus interesses; são capazes de reprimir, de matar até. Também mostrou a capacidade da esquerda de se auto-iludir.” – Moacyr Scliar, escritor – **Zero Hora**, 27-3-04.

“O golpe de 1964 foi um sonho interrompido. Os militares tiveram condições, força para resolver os problemas do país e não resolveram. E em muitos casos – saúde, educação, habitação – a situação ficou pior.” – Zuenir Ventura, escritor e jornalista – **Zero Hora**, 27-3-04.

ACONTECE

DOIS NOVOS TEXTOS DO TEÓLOGO ÉRICO HAMMES DISPONÍVEIS PARA DOWNLOAD

Estamos disponibilizando dois novos textos do Pe. Érico João Hammes, na seção [download](#) da Área de Concentração III - Teologia Pública. O primeiro texto, com o título *A Palavra “se fez” Água*, se enquadra no contexto da Campanha da Fraternidade 2004, que tem como tema *Fraternidade e Água*. O segundo texto, com título *Ambigüidade da Cruz e da Ressurreição* está em sintonia com a já próxima festa da Páscoa. Pe. Érico Hammes, mestre e doutor em Teologia Sistemática, é professor na PUCRS. Ele vai apresentar o livro *Curso Fundamental da Fé*, de Karl Rahner, no dia 28 de abril no evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU. *Também ministrará a oficina O pensamento de Karl Rahner. Inspirações para uma teologia do século XXI, no Simpósio Internacional ‘O Lugar da Teologia na Universidade do século XXI’, que acontecerá de 24 a 27 de maio, na Unisinos.*

ABERTAS INSCRIÇÕES PARA SEMINÁRIO DA ANPOCS

Estão abertas as inscrições de comunicações para seminário o temático "Republicanismo, religião e estado no Brasil contemporâneo" do próximo encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), de 26 a 30 de outubro próximo. As propostas terão que ser inscritas online, no site www.adevento.com.br/anpocs/individual/. A data limite para envio de propostas é 19 de abril de 2004. Somente serão aceitas colaborações de pesquisadore(a)s que estejam na condição acadêmica mínima de mestrando(a)s. O texto do edital pode ser consultado no site da Anpocs www.anpocs.org.br. Para dúvidas ou maiores informações enviar e-mail para patriciabirman@uol.com.br e joanildo@fundaj.gov.br.

EVENTOS IHU

Participe das atividades do Instituto Humanitas Unisinos

PAIXÃO SEGUNDO SÃO MATEUS: 'UMA VERDADEIRA CELEBRAÇÃO PERCEPTIVA'

Confira a programação de Páscoa da Unisinos no sítio www.ihu.unisinos.br e participe!

IHU IDÉIAS

Na última edição de *IHU Idéias*, os professores Dr. Antonio Fausto Neto, das Ciências da Comunicação da Unisinos, e Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes, pró-reitor acadêmico da Unisinos, apresentaram o tema *Processos Midiáticos e construção de novas religiosidades*. A apresentação foi originada do trabalho de pesquisa com o mesmo tema desenvolvido pelos dois professores e pelo Pe. Attilio Hartmann. A apresentação tratou do tema dos teleevangelistas, representantes de religiões que deslocam seus templos para as mídias. A pesquisa apresentada questionou o tipo de religião que emerge da mídia, sendo que o fiel “participa” da religião apenas na condição de consumidor-espectador e não como pertencente de uma determinada crença como ator. O tipo de religião apresentada foi definida como “religião do contato”.

Ecoss do evento

“Quando se fala da relação entre a religião e a mídia, é impossível limitar-nos a apenas esses dois tópicos. Aparecem aí questões que envolvem aspectos econômicos e políticos, por exemplo. A análise foi interessante no sentido de ver o trabalho que as religiões fazem, através da mídia, com a crise das pessoas, como mostra o caso dos testemunhos”.

Délia Dutra, aluna do PPG em Comunicação da Unisinos.

“Meu tema de pesquisa no mestrado é em torno do marketing da Igreja Universal do Reino de Deus. Tudo o que venho analisando está relacionado com o que assistimos na palestra de hoje. É interessante discutir assuntos como esse, pois nos tira a idéia de que falar de religião é assunto de alienados. Esse é um tema importante, uma das tendências atuais que tem chamado a atenção, principalmente no que diz respeito à mídia”.

Alexandre Bandeira, aluno do PPG em Comunicação da Unisinos.

Confira a programação do *IHU Idéias* para o mês de abril:

01/04/04 – “Paixão: desde a Idade Média até o século XX” – Prof.^a Dr.^a Yara Borges Caznok – Professora na UNESP.

15/04/04 – “A casa das sete mulheres: literatura, história e trivialidade” - Prof. Dr. Mário Maestri – Professor na UPF

22/04/04 – “Os arquivos de repressão das ditaduras de Segurança Nacional” - Prof. Enrique Serra Padrós - Professor e doutorando na UFRGS

29/04/04 – “Idéias de democracia no Brasil, 1965-1987: MDB/PMDB X PT?” – Prof.^a Dr.^a Sirlei Teresinha Gedoz – Professora na Unisinos

SALA DE LEITURA

Na última edição de **Sala de Leitura**, dia 23 de março de 2004, o prof. Dr. Hilário Dick apresentou o livro de sua autoria **Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na História** (São Paulo: Loyola, 2003, 307p.). Confira a opinião de quem estava no evento:

“Estou curioso! Foi isto que ficou depois de ter participado do **Sala de Leitura** em que foi apresentado o livro escrito pelo Pe. Hilário, sobre juventude. Ele apresenta o jovem e, paralelamente, diversas manifestações no mundo, desde uma época, há muitos séculos atrás, até a atualidade. Algumas vezes, o jovem foi o protagonista da história, outras, mero figurante. Creio que ele apresentou muito bem o seu trabalho, de estudo e pesquisa, realizado durante três anos. Isso demonstra um trabalho de conteúdo que pode enriquecer nossos conhecimentos. Se o seu objetivo era despertar a curiosidade, conseguiu! Parabéns pelo trabalho!”

Ederson Luís Locatelli, aluno do curso de Filosofia da Unisinos

CICLO DE ESTUDOS SOBRE MICHEL FOUCAULT

Com o apoio dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas e em Filosofia da Unisinos, e por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Michel Foucault, o Instituto Humanitas Unisinos oferece à comunidade universitária um evento que pretende aprofundar o pensamento de Michel Foucault, conceitos ordenadores, categorias histórico-sociais e seu método arqueogenalógico, observando suas particularidades e reais contribuições para uma análise da racionalidade emergente na sociedade contemporânea.

O evento inicia no próximo dia 1º de abril com a apresentação do tema Foucault, a filosofia e a literatura, pelo Prof. Dr. Roberto Cabral de Melo Machado da UFRJ, das 19h45min às 22h, na sala 1G119 da Unisinos.

A inscrição pode ser feita no setor de Admissão e Matrícula da Unisinos. A taxa é de R\$ 170,00 à vista ou parcelado em até 3 vezes. Será fornecido certificado aos participantes que tiverem, no mínimo, 75% de frequência.

*A próxima sessão do **Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault** será realizada dia 22 de abril, das 14h às 17h, na sala 1G119 do IHU. Na ocasião, o Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi, da UFRGS falará sobre o tema Figuras do poder: entre disciplina e controle.*

*Adiantando a temática da abertura do **Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault**, o Prof. Dr. Roberto Cabral de Melo Machado concedeu uma entrevista a **IHU On-Line** que reproduzimos a seguir. Roberto Cabral de Melo Machado, nascido no Recife, é professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com mestrado e doutorado em Filosofia pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, estudou na Universidade de Heidelberg, fez vários estágios no Collège de France (sob a orientação de Michel Foucault) e fez pós-doutorado na Universidade de Paris VIII (com Gilles*

Deleuze). É autor de **Ciência e Saber - a trajetória da arqueologia de Michel Foucault** (Rio de Janeiro: Graal, 1982), **Nietzsche e a Verdade** (Rio de Janeiro: Rocco, 1984) e **Deleuze e a Filosofia** (Rio de Janeiro: Graal, 1990), **Zaratustra, Tragédia Nietzscheana**. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997), **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Graal, 2000) e co-autor de **Danação da norma - medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil** (Rio de Janeiro: Graal, 1978). Organizador, tradutor e introdutor da coletânea de textos de Foucault **Microfísica do Poder** (Rio de Janeiro: Graal, 1979), traduziu também **A verdade e as formas jurídicas** (Rio de Janeiro: Cadernos da PUC, 1974) e **Nascimento da clínica** (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977), de Michel Foucault, e **Proust e os signos** (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987) e **Diferença e Repetição** (Rio de Janeiro: Graal, 1988), de Gilles Deleuze.

IHU On-Line - Quais são os aspectos que o senhor destacará na palestra "Foucault, a filosofia e a literatura"?

Roberto Cabral - A idéia de estudar a questão da literatura na obra de Michel Foucault me surgiu quando foram publicados seus *Ditos e escritos*, em 1994. Tendo que fazer uma conferência sobre Foucault, nesse momento, comecei a ler esses textos em ordem cronológica e, para minha surpresa, descobri algo que jamais havia notado: que a quase totalidade dos ditos e escritos de Foucault na década de 60 foi sobre literatura. Descobri, assim, que a reflexão de Michel Foucault sobre a literatura não foi esporádica ou marginal, como se poderia pensar, quando se considera o caráter disperso de seus textos sobre autores tão diversos como Hölderlin, Sade, Roussel, Flaubert, Mallarmé, Artaud, Bataille, Klossowski, Blanchot. Essa reflexão filosófica sobre a literatura inseriu-se em suas pesquisas arqueológicas sobre a psiquiatria, a medicina e os saberes que dizem respeito ao homem de um modo geral - pesquisas expostas nos livros *História da loucura*, *Nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas* -, relacionando a literatura com a loucura, a morte e o ser da linguagem, temas que constituíram o objeto de estudo desses livros. É essa hipótese que pretendo reapresentar na conferência que farei na Unisinos. Mas pretendo também destacar que esse interesse de Foucault pela literatura foi um complemento de suas análises arqueológicas, revelando como que o aspecto afirmativo de um pensamento filosófico que, em suas pesquisas sobre as ciências do homem, mostrou-se profundamente crítico. Um exemplo: enquanto os saberes psicológicos ou psiquiátricos estabelecem uma separação entre razão e loucura, separação que a excluiu socialmente e a objetivou teoricamente, a experiência literária, tal como se manifesta na linguagem de criadores trágicos do porte de Hölderlin, Nerval, Roussel, Artaud etc., visa a ultrapassar essa separação, conferindo à loucura uma profundidade e uma verdade totalmente desconsideradas pelas ciências do homem. Nesse sentido, ao enaltecer, como que num contraponto a suas pesquisas arqueológicas, uma postura não-humanista da literatura na modernidade, os textos de Foucault sobre literatura permitem-lhe apresentar, com mais liberdade, o âmago de suas idéias filosóficas, que só aparecem implicitamente nos estudos críticos dos saberes antropológicos. Daí a importância de dar conta dessas reflexões em suas grandes linhas, articulando-as às pesquisas arqueológicas a que estão vinculadas.

IHU On-Line - Foucault foi um autor incompreendido pelos "psi" (psiquiatras, psicólogos, etc.), especialmente pela obra *História da Loucura*?

Roberto Cabral - Não me parece que Foucault tenha sido incompreendido pelos "psi". Acredito, ao contrário, que sua influência sobre as teorias e as políticas que ousaram repensar a psiquiatria, a psicologia e até mesmo a psicanálise, a partir da década de 1960, foi imensa. Basta pensar em nomes como Basaglia, Lang, Cooper, Guattari. Ou nos inúmeros livros de crítica da psicologia, da psiquiatria, da psicanálise - até mesmo no Brasil - que têm a marca da *História da Loucura* e dos estudos de Foucault sobre a genealogia do poder disciplinar. Parece-

me que duas teses fundamentais da história filosófica realizada por Foucault na *História da Loucura* têm até hoje uma importância muito grande para os que se interessam pelos saberes "psi". A primeira é que a "doença mental" é uma invenção recente. Ou seja, que a loucura só se tornou doença mental na modernidade, isto é, com Pinel, Esquirol e os psiquiatras do final do século XVIII e início do século XIX. A segunda é que o hospício também é uma invenção recente, isto é que antes da modernidade, ou da Revolução Francesa, não havia hospital psiquiátrico, uma instituição terapêutica própria para os loucos considerados como doentes mentais. Daí porque acredito que Foucault trouxe uma exigência de criticidade muito grande para os profissionais da área da saúde mental.

IHU On-Line - Foucault prega a morte do sujeito e, conseqüentemente, a do autor. O que isso significa e que conseqüências traz para a filosofia e a literatura?

Roberto Cabral - Meu propósito ao estudar a crítica dos saberes sobre o homem, considerado como sujeito ou como objeto, e a importância dada por Foucault à literatura nessa crítica não foi propriamente avaliar se sua posição era correta ou incorreta, mas compreender e tornar mais acessível essa posição defendida por ele na década de 1960. O que procurei mostrar a esse respeito foi, em primeiro lugar, que essa análise arqueológica dos saberes modernos, inclusive da filosofia, considerados como saberes "antropológicos", é profundamente inspirada na crítica nietzschiana do niilismo da modernidade. Foi, em segundo lugar, evidenciar de que modo essa referência a Nietzsche se deve principalmente aos literatos que, como Blanchot, Klossovski e Bataille, introduziram na França um estilo nietzschiano, não-dialético e não-fenomenológico, de pensamento, levando Foucault a valorizar a linguagem literária como alternativa ao homem considerado como *a priori* histórico dos saberes modernos. A meu ver essas referências nietzschianas são fundamentais para se compreender não só a crítica que Foucault fez aos saberes sobre o homem na modernidade - ao que ele chamou, parodiando Kant, de "sono antropológico" -, como também sua valorização da literatura como contestação do humanismo das ciências do homem e das filosofias modernas.

IHU On-Line - Qual é a importância de estudar a relação entre literatura e filosofia em Foucault, nas universidades contemporâneas?

Roberto Cabral - Aprendi muito sobre a importância filosófica da literatura na modernidade com as análises arqueológicas da experiência da linguagem literária realizadas por Foucault nos anos 1960. Foi muito esclarecedor para mim, por exemplo, perceber que, ao mesmo tempo que denuncia a separação radical entre razão e desrazão, na *História da Loucura*, Foucault encontra, na experiência literária, a determinação de ultrapassar essa separação, vendo na loucura a manifestação de uma experiência trágica. Também aprendi muito com a correspondência estabelecida por ele, quando escreveu o *Nascimento da clínica*, entre o nascimento da anátomo-clínica, que privilegia a morte no conhecimento da vida, e o nascimento da literatura, na mesma época, a partir da mudança da relação da linguagem com a morte e a finitude. Da mesma forma foi muito elucidativa para minha compreensão da literatura a idéia, exposta por *As palavras e as coisas*, de que a linguagem literária elide sujeito e objeto, substituindo o homem criado pela filosofia e pelas ciências empíricas modernas por um espaço vazio fundamental. Mas não se deve esquecer que essa valorização da literatura é unicamente uma característica do pensamento arqueológico de Foucault, isto é, constitui seu pensamento apenas tal como ele o formulou na década de 1960. O que não foi evidentemente sua última palavra. Daí porque, valorizando as constantes mutações de um pensamento seduzido pela diferença, procurei na pesquisa que realizei - e voltarei a isso nessa conferência -, explicar o desinteresse de Foucault pela questão da linguagem literária tanto na época da genealogia do

poder quanto da genealogia dos modos de subjetivação. Assim, como se pode notar, a leitura que faço de Foucault - e não só a respeito da literatura - me ensinou a necessidade de relativizar seu pensamento. Primeiro, compreendendo que se trata da interpretação de Foucault, e não evidentemente da resolução de uma questão. Segundo, compreendendo que é a interpretação de Foucault em determinado momento de suas pesquisas. O que obriga o leitor que quer pensar, a se afastar de Foucault e ousar propor sua própria interpretação.

INCLUSIVE – MOVIMENTO CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL

Inicia hoje mais um evento gratuito promovido pelo IHU. O Ciclo de painéis **Inclusive – Movimento contra a exclusão social** pretende possibilitar um melhor diálogo da comunidade acadêmica com a temática em foco, a partir da concepção do espaço humano como lugar onde o sujeito é protagonista em qualquer situação social, mesmo dentro de uma sociedade contemporânea fortemente marcada pela injustiça e desigualdade social. Assim, a academia habilita-se a criar outro espaço para a cidadania e o diálogo entre diferentes pessoas de modo a desenvolver, igualmente, melhor nível de compreensão dos fenômenos sociais, qualificando níveis de consciência e massa crítica de todos os atores participantes. Se o excluído social deve ser protagonista da sua inclusão, que é ao mesmo tempo cidadã e coletiva; cabe ao espaço acadêmico também ser protagonista, incluindo-se, de modo qualitativo, no processo de iluminação e debate dos problemas sociais contemporâneos.

O primeiro painel, acontece hoje, dia 29 de março, das 17h às 19h, na sala 1G119 do IHU, e terá como título *A construção da igualdade no campo*. Enriquecendo a discussão, estarão Isabela Cristiane Braga e Luiz Adinan Rodrigues Nascimento como representantes do Acampamento Santa Vitória, de Arroio dos Ratos, André Francisco Onuczak, como representante da Coordenação Estadual do MST/RS, e o Prof. Dr. Inácio Neutzling, professor do PPG em Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos e coordenador do IHU. Ao final, haverá abertura para o debate com o público.

O segundo painel, com data marcada para o dia 26 de abril, no mesmo horário e local anteriormente mencionados, discutirá o tema *Justiça e cidadania nas ruas*. Estarão presentes André Luis Cardoso de Araújo e José Nedir Malta Ramires, integrantes do Jornal Boca de Rua; Rosina Duarte, representante da Agência Livre para Infância, Cidadania e Educação (ALICE); e Prof.^a Marta Regina Ciocari, professora das Ciências da Comunicação da Unisinos.

ENCONTROS DE ÉTICA PARA ALUNOS

O evento gratuito **Encontros de Ética para Alunos** tem sua próxima sessão agendada para o dia 5 de abril. O tema *O imaginário juvenil e a religião* será abordado pelo Prof. Dr. Hilário Dick. **Encontros de Ética para Alunos** tem como objetivo criar um espaço de debate, transmissão, aprofundamento e troca de conhecimentos e experiências acerca de fatos e temas de ética, relacionados às linhas temáticas do Instituto Humanitas Unisinos; e contribuir para a formação integral do aluno, a fim de que, como cidadãos e profissionais, sejam agentes de mudança da sociedade.

A última edição do mês de abril será dia 19 e terá o Prof. Dr. Fernando Muhlenberg Schneider apresentando o tema *Droga: o social e o anti-social*. O evento acontece sempre na sala 1G119 do IHU, das 17h30min às 19h.

HUMANITAS ARTE

O projeto **Humanitas Arte** inicia no próximo dia 5 de abril. Será a terceira edição do evento, que acontece em parceria com as Ciências Humanas, o Programa de Pós-Graduação em

Filosofia da Unisinos, e com a coordenação do Prof. Dr. Inácio Neutzling, Prof.^a Dr.^a Marcia Angelita Tiburi e Prof.^a MS Vera Regina Schmitz. **Humanitas Arte** oferece à comunidade acadêmica e regional um momento de contemplação e reflexão sobre as artes plásticas e visuais. Espera-se, com o projeto, que as artes possam valer como antenas do processo social e histórico onde se situa o humano e alçá-lo para o significado amplo da vida como um todo.

A terceira edição de **Humanitas Arte** contará com a exposição do artista plástico Leandro Selister, de 5 a 26 de abril de 2004, de segunda a sábados, das 8h às 22h, na Galeria Cultural da Biblioteca da Unisinos. A abertura da exposição será no mesmo local, às 17h do dia 5 de abril. Leandro Selister estudou desenho com Paulo Peres no Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre aos 12 anos. Atualmente, integra a Oficina 11, Atelier de Litografia e Gravura em Metal. Já fez diversas exposições individuais e coletivas e participou de vários salões e mostras, sendo premiado em seis deles. É editor do site [www.artewebbrasil](http://www.artewebbrasil.com.br), no ar desde 2002, especializado em artes plásticas. Vive e trabalha em Porto Alegre como fotógrafo, designer e artista plástico. Publicou o livro **Cotidiano, Intervenções na Trensurb em Porto Alegre, RS**, em 2002. Algumas de suas obras premiadas podem ser encontradas nos espaços públicos: Galeria Graça Aranha - Universidade da Amazônia em Belém do Pará; na Pinacoteca Rubem Berta - Prefeitura Municipal de Porto Alegre; no Museu de Arte de Santa Maria; no Centro Cultural Érico Veríssimo, em Porto Alegre.

II CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL

Dando seqüência à primeira edição do *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, realizado no ano de 2003, o Instituto Humanitas Unisinos lança o **II Ciclo de estudos sobre o Brasil**, numa promoção conjunta com as Ciências Humanas e com o apoio das Ciências da Comunicação e Ciências Econômicas da Unisinos. A comissão organizadora é composta pelo Prof. Dr. Inácio Neutzling, Prof.^a MS Vera Regina Schmitz, Prof.^a Dr.^a Berenice Corsetti, Prof. Dr. Fabrício Lopes da Silveira e Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa. O **II Ciclo de estudos sobre o Brasil** objetiva estudar, de maneira interdisciplinar, alguns textos clássicos que analisam a formação histórica, social, econômica, política e cultural do Brasil visando, a médio prazo, a constituir um grupo de estudos avançados sobre a realidade brasileira. O evento é dividido em dois módulos, com inscrições individuais ao custo de R\$ 35,00. O valor da inscrição para os dois módulos é de R\$ 65,00. Será fornecido certificado por freqüência aos que comparecerem em, no mínimo, 75% dos encontros. Com exceção da última sessão do *Ciclo*, toda a programação acontecerá na sala 1G119 do IHU, das 14h às 17h. Os interessados na possibilidade de aproveitamento da atividade como horas complementares, devem consultar o coordenador do seu curso de graduação.

Confira a entrevista concedida pela professora Dr.^a Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, que será responsável pela condução da primeira sessão do **Ciclo**, com a apresentação do livro **O abolicionismo**, de Joaquim Nabuco, no próximo dia 1º de abril, das 14h às 17h, na sala 1G119 do IHU. Graduada e mestre em História pela Unisinos, a professora Eliane teve sua dissertação de mestrado intitulada "O imaginário dos séculos XVI e XVII - suas manifestações e alterações na prática missionária jesuítica". Obteve o doutorado em História pela PUCRS, tendo sua tese o título "Sentir, adoecer e morrer - sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico do século XVII". Eliane Fleck apresentou, no evento **IHU Idéias**, de 22 de agosto de 2002, o tema "O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda" e no dia 8 de maio de 2003, a professora apresentou essa mesma obra no **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista a **IHU On-Line**, publicada na edição n.º 58, de 5 de maio de 2003. Ela também colaborou na edição n.º 64, de 16 de junho de 2003, num depoimento sobre a importância da obra de Raymundo Faoro.

IHU On-Line - Por que a importância de estudar "O abolicionismo", de Joaquim Nabuco, em um Ciclo de Estudos sobre o Brasil?

Eliane Fleck- *O Abolicionismo* foi publicado pela primeira vez em Londres, em 1883, constituindo-se no momento máximo do Nabuco da primeira fase, o abolicionista-reformista. Nele, seu pensamento de reformador social e político aparece em toda a dimensão de sua radicalidade. Trata-se de um libelo contundente *contra a escravidão* no Brasil e contra todas as mazelas que daí derivaram para o País. Nesta obra, está contido também todo um programa de reformas para transformar um país de escravos numa nação moderna e próspera de homens livres. A obra tem valor seminal por explicar o Brasil não a partir do meio físico ou da raça, mas de uma forma de organização econômica e de uma instituição social. Foi a primeira obra a articular uma visão totalizadora da nossa formação histórica, fazendo-o a partir do regime servil. Redigido em 1883, como apelo de propaganda política da luta pela abolição no Brasil, *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco (1849-1910), é hoje um clássico do pensamento político brasileiro. Além de expressar uma defesa apaixonada e engenhosa da libertação dos escravos, apresenta um amplo programa de reforma da sociedade imperial e uma corrosiva crítica de suas estruturas e instituições. Nela a Abolição é concebida como causa suprapartidária, destinada a promover uma ampla reforma social, que não apenas acabaria com a escravidão, mas eliminaria os males por ela causados, redefinindo a sociedade no seu todo. Nessa perspectiva, a escravidão não constituiu um fenômeno a mais, inegavelmente relevante, mas em condições de igualdade com outros como a monocultura ou a grande propriedade territorial. Segundo Nabuco, foi a escravidão que formou o Brasil como nação; ela é a instituição que ilumina nosso passado, pois a partir dela se definiram entre nós a economia, a organização social, o Estado e o poder político e a própria cultura. A escravidão dera o significado profundo da nação brasileira. A abolição, nesse sentido, teria um significado de refundação. A extinção do cativeiro deveria ser apenas um primeiro passo, seguido de uma reforma territorial e da extensão da instrução pública para todos. A escravidão era a responsável pela constituição de uma população livre "miserável e dependente do mesmo grau que o escravo". Dessa maneira, de "sistema agrícola e territorial, tornou-se um regime social e estendeu o seu domínio por toda a parte". Nessas circunstâncias, escravidão e regime territorial escravista constituíam-se o núcleo dos obstáculos para a construção de um país moderno. *O Abolicionismo* pode ser lido como uma introdução sociológica a *Um Estadista do Império*. Em 1883, quando Nabuco alçou a escravidão à condição de protagonista da história brasileira, ela foi considerada como um simples livro de propaganda, passando despercebida. Só nos anos trinta, a entrevista de Joaquim Nabuco será retomada em *Casa Grande & Senzala*, que a infletiu, contudo, no rumo de uma interpretação familista. Para Evaldo Cabral de Mello, "atualmente, quando as macroexplicações da nossa história perderam o fôlego", cumpre reler "*O Abolicionismo*" em conexão com "*Um Estadista do Império*" e com os discursos da campanha eleitoral de 1884. Sob outro aspecto, *O Abolicionismo* e *Um Estadista do Império* se completam. O primeiro, obra de propaganda escrita no exílio londrino que o autor se impusera após a derrota eleitoral de 1881, é um livro de combate. A biografia do pai já é uma obra redigida à distância, quando Nabuco vivia na sua casa de Botafogo o ostracismo político a que o votara a proclamação da República. O tom participante de *O Abolicionista* destoa do acento reflexivo, de balanço histórico, do outro livro. A primeira seria marcada pelo engajamento liberal de orientação inglesa, pelo abolicionismo e pela luta de reformas profundas, sociais e também políticas visando a modernizar o Brasil e conduzi-lo ao capitalismo. A outra se caracteriza por uma revitalização do seu monarquismo e pelo conservadorismo de suas posições políticas, principalmente, após a Proclamação da República. *O Abolicionismo* corresponde à fase abolicionista-liberal-modernizadora (1879 a 1888) e *O Estadista do Império* corresponde à

segunda, que é a fase conservadora e monarquista, exacerbada e saudosista. O Joaquim Nabuco liberal e reformista buscou as raízes estruturais do atraso brasileiro na escravidão, e esta característica é básica em todo o período abolicionista do escritor, abolicionismo no qual estava embutido um projeto de nação. Já a sua fase conservadora foi marcada por uma reflexão que privilegiou a análise e explicação do Império como civilização, única, modelar, “paraíso perdido”, ilha de paz e prosperidade, rodeada por um continente americano republicano, anárquico e atrasado.

***IHU On-Line* - Qual é a contribuição mais importante do autor à história brasileira?**

Eliane Fleck - Joaquim Nabuco constitui-se numa das mais importantes expressões do pensamento político brasileiro e da nossa historiografia. Parece natural que tenha despertado, ao longo do tempo, um interesse grande por parte de escritores, ensaístas, cientistas sociais, os quais debruçaram-se sobre sua obra, procurando compreendê-la, interpretá-la e descobrir inclusive seu interesse para as sucessivas gerações. Projetou-se como político, diplomata e escritor. O eixo de sua vida política foi a luta contra a escravidão, na qual se empenhou de modo obstinado. Escreveu sobre o assunto em obra que é referência nos primeiros estudos de ciência social no País – *O Abolicionismo* -, no qual revela profunda compreensão do social e da necessidade de mudanças na sociedade, tão conservadora e estreita. Numa prosa de feitio literário-jornalístico, sem preocupações científicas ou terminológicas, Nabuco acabaria por revelar sua desinformação em relação às últimas tendências sociológicas, o que determinou um reducionismo inevitável. É tido como uma das mais importantes expressões do liberalismo brasileiro, pela radicalidade e generosidade do seu engajamento em favor dos escravos, pela profundidade de sua análise do Brasil-Império, pela proposta de reformas sociais e políticas que acelerassem o forjar de uma grande nação moderna e próspera. Por tudo isso, constitui um marco da ideologia liberal de tipo inglês entre nós, da qual soube extrair e adaptar às nossas condições os aspectos mais significativos.

***IHU On-Line* - Em agosto de 1880, Nabuco apresentou um minucioso projeto de lei, propondo a abolição da escravatura em 1890 e a indenização de seus proprietários. O projeto se chocava com a proposta dos militantes radicais, em geral republicanos, que queriam abolição imediata e sem indenização. Na obra em questão, Nabuco defende a abolição imediata e sem indenização. O que provoca essa mudança?**

Eliane Fleck - Em 1869, Nabuco transferiu-se para o Recife, integrando-se à vida mundana da cidade, participando de “reuniões políticas” e presidindo a arcádia, sociedade de caráter literário. Desse período do Recife, datam alguns prenúncios do abolicionismo de Joaquim Nabuco. Impressionado com o abolicionista Lincoln, desejou para seu pai igual papel na libertação dos escravos. Defendeu um escravo criminoso, conseguindo livrá-lo da forca, pena substituída pela de galés perpétuas. Nesse período, escreveu uma obra de denúncia do regime escravista, denominada *A escravidão*, a qual dividiu em três partes: o crime, a história do crime e a reparação do crime. Nabuco se dedicou ao trabalho com afinco, certo de que a revelação em cores vivas, brutais, dos múltiplos aspectos do cativo iria ferir mortalmente a instituição. Todo o País vibraria diante do livro que deveria produzir efeito mais ou menos igual ao *d'A Cabana do Pai Tomás*, romance que leu muitas vezes. Com a morte do pai, Nabuco foi lançado na carreira política, tendo sua eleição garantida pelos esforços do senador Nabuco de Araújo. Falando de improviso no teatro Santa Isabel do Recife, a 11 de agosto de 1878, Nabuco mostrou o sentido que teria sua atuação política, ao afirmar que “a grande questão para a democracia brasileira não é a monarquia, é a escravidão”. Pela metade do ano de 1880, propagam-se pela imprensa as referências aos abolicionistas, partidários da abolição radical,

sem indenização e que eram liderados por Nabuco. Estes fundam sob a presidência deste, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que editava o jornal *O Abolicionista*, no qual imprimiu um tom radical à sua pregação abolicionista, propondo “a abolição pura e simples” para 1890. Cabe lembrar que Nabuco foi abolicionista sem deixar de ser monarquista; e jamais se deixou seduzir pelo discurso “revolucionário” e mobilizador de José do Patrocínio ou Luiz Gama. Permaneceu sempre moderado quanto aos métodos e formas de luta. Em *O Abolicionismo* ele foi claro: “a escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais”, mas derivará de “uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras”. Portador de “um mandato da raça negra”, o abolicionismo de Nabuco não se dirige aos escravos em sua pregação, mas aos livres. A defesa da monarquia, porém, não o impediu de analisar minuciosamente as misérias políticas do Império e ser um crítico ferino e implacável do poder pessoal, da mediocridade dos partidos, da inépcia administrativa dos governos, das vacilações do Imperador, do falso e artificial parlamentarismo então vigente e do elitista e manipulado sistema eleitoral. Como parlamentar e propagandista - e, nos momentos eleitorais, eficiente agitador -, Nabuco deu o melhor de si ao abolicionismo, ajudando decididamente a fazer com que o movimento adquirisse operacionalidade política e os protestos das senzalas ecoassem no parlamento e nos jornais. Aliando a denúncia apaixonada dos crimes da escravidão a uma análise abrangente da estrutura social brasileira e dos grandes problemas nacionais, aproveitou-se da formação liberal inglesa recebida ao longo dos anos 1970 e manteve-se distante do liberalismo conservador e limitado que se praticava no Brasil.

Acompanhe a programação do primeiro módulo do evento:

Livro: *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre

Prof. Dr. Mário Maestri – Professor na UPF

Data: 15 de abril

Debate sobre a constituição de um Núcleo de Estudos sobre O Brasil

Prof.^a Dr.^a Berenice Corsetti – Professora na Unisinos

Data: 06 de maio

Livro: *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro

Prof.^a Dr.^a Helga Landgraf Piccolo – Professora na UFRGS

Data: 20 de maio

Livro: *Vidas secas*, de Graciliano Ramos

Prof.^a MS Célia Dóris Becker – Professora na Unisinos

Data: 17 de junho

IHU REPÓRTER

João Hermes Nogueira Junqueira



Morador da zona sul de Porto Alegre, o coordenador executivo do curso de Engenharia Civil da Unisinos, professor João Hermes Nogueira Junqueira, tem muita história para contar. Oriundo de família mineira e nascido no estado do Rio de Janeiro, João Hemes conta, na entrevista a seguir, as peripécias de sua carreira militar associada à Engenharia Civil e à vocação de professor. Sua personalidade foi moldada nos diversos caminhos da vida, que lhe possibilitaram a construção de uma numerosa família, responsável por sua realização pessoal.

Origens - Nasci na cidade de Macaé, no Rio de Janeiro. Dois meses depois, meu pai, que era militar, foi transferido para Resende, também no estado do Rio de Janeiro, onde fui criado. Passei minha infância e adolescência toda em Resende. Sempre gostei muito da vida no campo. Nas férias, eu ia para as fazendas de minha família em Minas e não saía de lá. Tinha o sonho de algum dia seguir esse caminho.

Carreira militar - Como fui criado num ambiente de formação militar, no final do ensino fundamental prestei concurso para a Escola Preparatória de Cadetes, em Campinas. Com 15 anos saí de casa e fui à luta. Passei três anos cursando o Ensino Médio nessa escola. Depois retornei para Resende e ingressei na Academia Militar. Quando terminei o curso de oficial de engenharia, na mesma instituição, movido pelo espírito aventureiro, fui para Alegrete, aqui no Rio Grande do Sul, servir no 12º Batalhão de Engenharia de Combate. Dois anos depois fui transferido para o 3º Batalhão Rodoviário, que estava sediado em Carazinho. Fui morar em Panambi, aqui no RS, onde participei da construção da rodovia BR - 285. A formação que tive na Academia Militar permitiu que eu trabalhasse na construção de estradas. Depois de concluir minha graduação no Instituto Militar de Engenharia (IME), o Exército me transferiu para a Amazônia. Isso foi em 1975. Recebi como missão participar da construção da rodovia BR - 174, uma rodovia na selva que liga Manaus à Boa Vista. Lá enfrentamos vários desafios; desconhecimento da região, doenças tropicais, como a malária, e conflitos com as tribos indígenas Waimiris e Atroaris, pois a estrada passava exatamente no meio da reserva deles. Toda essa experiência de construir estradas em plena selva amazônica, contribuiu, em muito, para a minha capacitação profissional. Em 1985, fiz o curso mais alto da carreira militar que é o Curso de Direção para Engenheiros Militares, na ECEME, no Rio de Janeiro. Concluído o curso, fui transferido para Brasília, para trabalhar na Diretoria de Obras Militares. Depois dessa etapa, fui nomeado para representar o Brasil na Comissão Mista Paraguai-Brasileira, em Assunção, no Paraguai. Como chefe dessa Comissão, assessoriei o governo paraguaio em assuntos de trânsito e transportes e participei de projetos de rodovias de integração entre nossos territórios. Ao voltar para o Brasil, assumi, em Juiz de Fora, Minas Gerais, o cargo de Chefe da Comissão Regional de Obras 4, responsável por todas as obras do Exército naquele território. Essa mesma função, assumi posteriormente aqui em Porto Alegre, onde encerrei minha caminhada profissional no Exército. Ao final de mais uma missão, decidi morar em Porto Alegre e entrei para a reserva do Exército.

Formação – Na Academia Militar, em Resende, iniciei um curso que me qualificou como oficial de engenharia. Como sou mais afeito a trabalhar com a terra, me dediquei à construção de estradas. Sinto-me muito bem nesse contato com a natureza que minha profissão me proporciona. Depois de concluir o curso de oficial de engenharia, decidi fazer a graduação em engenharia no Instituto Militar de Engenharia (IME), na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Graduei-me como engenheiro de fortificação e construção. Quando eu estava na Amazônia, o IME abriu seu curso de pós-graduação em Engenharia de Transportes. Candidatei-me e ingressei na primeira turma do mestrado, concluindo o curso dois anos após.

Vocação de professor – Na época em que eu estava em Panambi, fui convidado a ser instrutor na Academia Militar, como professor de estradas, atividade que desenvolvo até hoje. Quando terminei o mestrado, o Instituto Militar de Engenharia me convidou para ficar na instituição como professor. No mesmo período, de 1979 a 1984, passei também a dar aulas na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro. Nos últimos três anos em que fiquei no IME, fui coordenador do programa de pós-graduação. Sinto-me muito bem transmitindo conhecimento e aprendendo com meus alunos. Minha maior gratificação nessa atividade é o contato com o jovem. É muito bom quando o aluno vem nos procurar com algum problema e temos condições de auxiliá-lo.

Ingresso na Unisinos - Depois que me aposentei no Exército, ingressei como professor na Unisinos e, desde 1995, trabalho aqui. Além da atividade docente, participo junto à administração da Universidade de atividades relacionadas ao setor de transportes e trânsito. A partir de 1997, fui convidado para estruturar uma assessoria nessa área na qual até hoje estou envolvido. Nessa atividade, participei do esforço da Universidade para melhorar as condições de acesso à Unisinos, através da duplicação da Avenida Unisinos, da pavimentação da avenida interna do Câmpus e da implantação da Linha Circular integrada ao trem, entre outros projetos. Em 2000, participei ativamente da administração como chefe do setor de Proteção e Risco e da Central de Serviços da Universidade. Em 2002, fomos convidados, eu e o professor Cláudio de Souza Kazmierczak, para coordenar o curso de graduação em Engenharia Civil. Temos feito um trabalho que visa à qualificação do curso e incentivado a integração entre professores e alunos. Nessa mudança recente da estrutura da Universidade, estamos assumindo uma responsabilidade muito maior do que tínhamos até então. Aceitamos isso de maneira tranqüila e confiante. Esperamos que nossa contribuição seja positiva.

Família – Conheci minha primeira esposa em Alegrete. Vivemos 20 anos casados e depois nos separamos. Foi um processo difícil, pois para mim, a família é o mais importante na vida. Tivemos três filhos: Milene, 35 anos, mora em Brasília; Rodrigo, 33 anos, mora no Paraguai, é casado com Darli, paraguaia, e tem com ela dois filhos, Giovanna (6 anos) e Alejandro (2 anos); e Gabriela, 27 anos, vive em Brasília e é casada com Rafael. Depois de muita insistência de um casal de amigos gaúchos, me desloquei de Assunção para Porto Alegre para conhecer minha atual esposa, Sílvia Maria, gaúcha de Porto Alegre. Casamos quatro meses depois desse primeiro encontro e estamos juntos há 14 anos. A Sílvia tem três filhos que moram conosco até hoje. Vinicius, Vicente e Vivian. Do nosso casamento, nasceu um novo rebento: Henrique, de 11 anos, que é nossa alegria. Eu tinha 3 filhos e passei rapidamente a ser pai de 7. Estou muito feliz.

Autores – Paulo Coelho e Og Mandino.

Livro – *O Alquimista*, de Paulo Coelho.

Filme – *O mais longo dos dias*, de Ken Annakin.

Nas horas livres – Vou para meu sítio, no Lami, em Porto Alegre. Cuido de cabras, cavalos, galinhas, planto árvores, trabalho na horta. Voltei para aquilo que eu sempre quis: o convívio no campo.

Um presente – Uma garrafa de boa cachaça. Faço coleção e aprecio com moderação.

Um grande sonho – Ver o Brasil sem desempregados.

Unisinos – Uma instituição muito séria, competente, e com uma vontade muito grande de acertar.

IHU – O IHU é muito válido dentro da Unisinos. O *IHU On-Line*, tem o poder de nos trazer reflexões semanais. Se queremos uma formação integral, todos nós, professores e alunos, precisamos encontrar tempo para viver o Câmpus e participar mais das atividades aqui desenvolvidas. O IHU tem sido exemplar na promoção de muitas dessas atividades.

Sala de Leitura



“Um livro que li recentemente e de que gostei muito foi *Quando Nietzsche Chorou*, do original *When Nietzsche wept*, 1992, de Irving D. Yalom. Tradução de Ivo Korytowsky, 2003, Editora Ediouro publicações S/A, Rio de Janeiro. 407 páginas. O autor narra, num texto absolutamente agradável, um imaginário encontro entre dois personagens reais que viveram na mesma época - ano de 1882 – em Viena: o médico Joseph Breuer (mentor de Freud) e o filósofo alemão Friedrich Nietzsche. O texto aborda, a partir de deliciosas citações das obras do filósofo, publicadas até aquela data (*Humano, demasiado humano* e *A gaia ciência*), a relação médico-paciente que viria a ser conhecida, poucos anos mais tarde, como psicoterapia. Leitura prazerosa na certa!”

Prof. MS Marcelo Jacques Fonseca, mestre em Administração e professor nas Ciências Econômicas da Unisinos.

“O livro que estou lendo é *Inteligência emocional*, de Daniel Goleman. Editora: Objetiva, 370 páginas, publicado em 2001. O livro apresenta uma teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Como parâmetro para definir a inteligência de uma pessoa, utiliza-se o QI (coeficiente de inteligência) como medida. O autor, Goleman, afirma que o controle das emoções é fator essencial para o desenvolvimento da inteligência do indivíduo. Baseia-se, nas suas afirmações, em amplas pesquisas científicas. As duas primeiras partes do livro abordam a mente humana, descrevendo os caminhos percorridos que originam as emoções. As demais partes trazem a interferência das emoções no cotidiano das pessoas, como elas podem destruir vidas ou carreiras, mas também podem levar ao sucesso. Tudo isso dependendo de como as pessoas sabem lidar com suas emoções. O autor esclarece, também, o modo como se pode atuar diretamente sobre a inteligência emocional. Um livro interessante de ser lido”.

Prof.^a Dr.^a Lisia Maria Fensterseifer, doutora em Enfermagem médico-cirúrgica, e professora nas Ciências da Saúde da Unisinos.

Cartas do Leitor

Prezados,

Parabéns pela bela edição n.º 93, sobre o filósofo Kant. Eu gostaria de receber uma cópia impressa.

Grato,
Valerio Rohden, presidente da Sociedade Kant Brasileira.

Parabéns à equipe de produção do ótimo semanário IHU On-Line. Tive oportunidade de ler a edição n.º 92 e já repassei aos amigos interessados em uma linha editorial que privilegia a linguagem acadêmica.

Gostaria de saber os procedimentos que devo adotar para receber as próximas edições.

Edson Cheuiche, Historiador do HPSP.

Enquete no sítio do IHU

O sítio do Instituto Humanitas Unisinos (www.ihu.unisinos.br), além de atualizar diariamente informações sobre assuntos do interesse da sociedade e da academia, semanalmente faz uma enquete. Trata-se de um espaço interativo no qual é colocado um assunto que tenha a ver com os fatos da semana ou os temas debatidos no boletim **IHU On-Line**. Acompanhe os resultados da última enquete e dê sua opinião no debate da próxima semana.

Pergunta: O **IHU On-Line** desta semana reproduz o artigo da Dra. Zilda Arns sobre o Fome Zero e na editoria frases publica extratos da Carta de Olinda oriunda da 2ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Na sua opinião:

- O Fome Zero é uma grande iniciativa que independe da política econômica adotada e implementada pelo governo - 25%
- O Fome Zero não deve estar sujeito à política econômica. É a política econômica que deve estar sujeita ao combate à fome e à miséria - 62.5%
- O Fome Zero é um programa meramente assistencialista que ainda não deslançou - 12.5%

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montaña (soniam@bage.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS